

As fronteiras urbanas e os estigmas sociais:

uma investigação da exclusão
socioespacial a partir do corpo.

Gabriel da Cruz Nascimento.

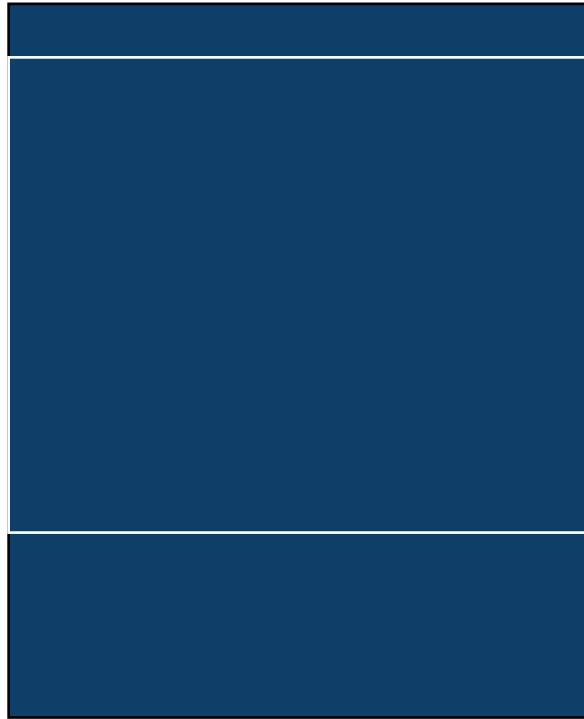
Trabalho de Conclusão de Curso
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento.

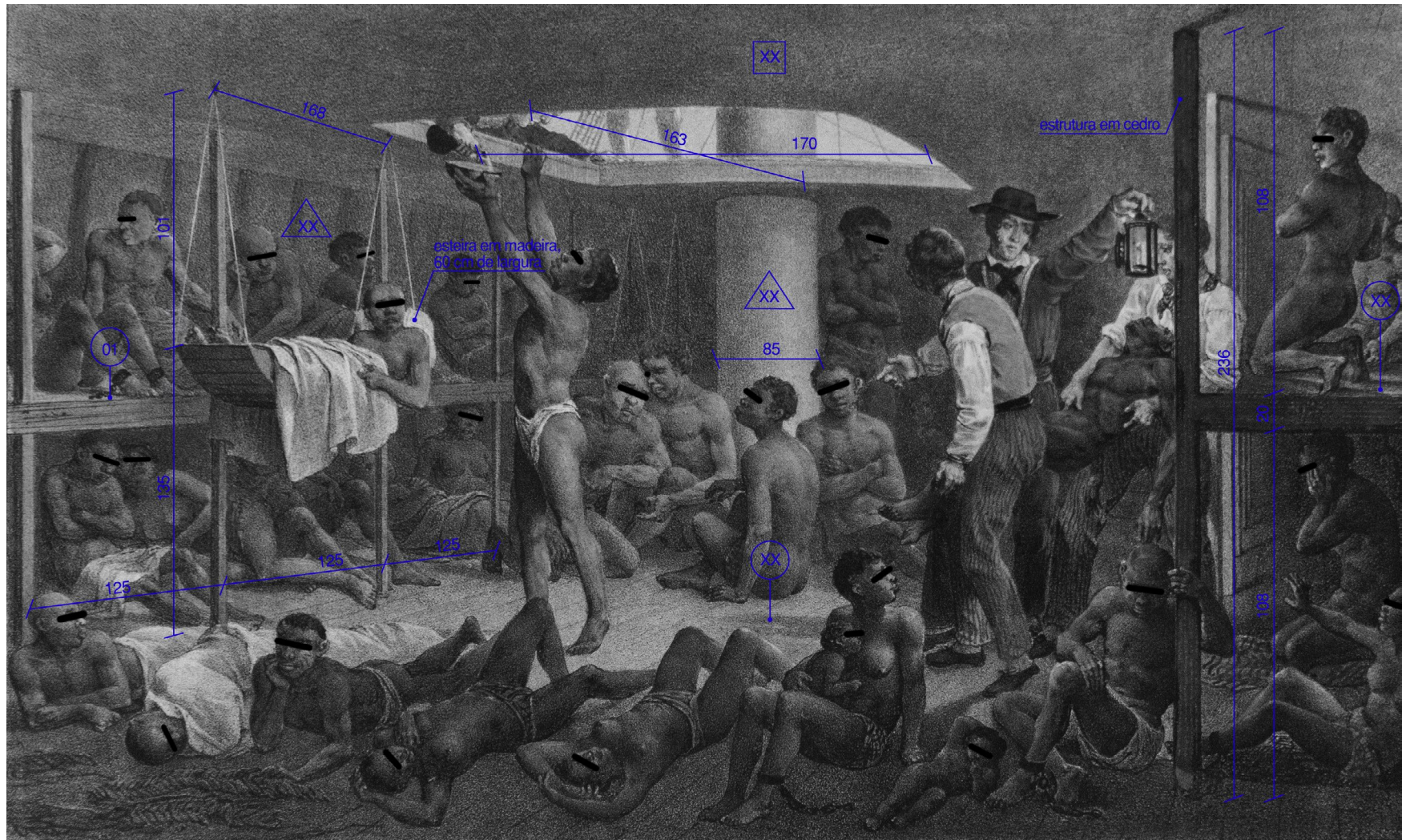
Orientadora



*Aos caminhos que a vida me apresentou, tão habitualmente
adversos. Aos que amei e já se foram deste mundo, ai de nós.
Aos que amo e aqui permanecem: preciso dos outros para me
manter de pé.
Em especial à Bruninha, Tia Nita e Dona Bete.*



Monografia apresentada na primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.



Fonte: Laboratório de Arquitetura Remixada (RE-LAB)
<https://www.re-lab.xyz>

“Projeto Executivo”

Apresentação: um esforço contra a indiferença.

Existem diversas formas de se falar sobre os motivos que levam à escolha de determinado tema de pesquisa. Quanto mais vasta a questão a ser pesquisada, maior o espaço reivindicado pelas confusões provenientes das boas intenções e das boas vontades do pesquisador. O curso de Arquitetura e Urbanismo ofereceu-me um objeto tão vasto quanto suas possibilidades de abordagem científica: as cidades. Os caminhos e espaços de minha trajetória pessoal, até então, me impuseram incômodos incontornáveis, sobretudo aqueles relacionados à herança racista de nossa sociedade. Entender a cidade, necessariamente, implica entender a (e entendê-la a partir da) perspectiva em que me encontro.

Confesso que adoto essa premissa muito por ser desajeitado e desinteressado nas abordagens academicistas sobre problemas que não são meus e por acreditar que, em cada cena de sofrimento que experienciei nos deslocamentos a pé por cerca de 3,5 quilômetros, da Avenida Dom Pedro II, nos limites do bairro Bonfim, até a Escola de Arquitetura da UFMG, no coração da nobre região Centro-Sul belorizontina, havia um quê de verdade sobre a cidade e uma interrogação sobre nossas formas de entendê-la. Esse percurso rotineiro e repetitivo despertou-me olhares atentos à cada corpo negro desmaiado nas calçadas da Avenida Afonso Pena, a cada cachimbo de crack aceso sob as pistas de rolagem do complexo viário da Lagoinha, a cada criança sem roupas que corria perto dos abrigos franzinos dos moradores de rua na Rua Padre Paraíso.

Ser um estudante negro, dentro de uma das mais afamadas faculdades de Arquitetura do Brasil, me conduziu a uma dicotomia que, por muitas conversas nos corredores, nos espaços de militância e nos coletivos que frequentei, desconfio que, cedo ou tarde, a maior parte de meus colegas pretos e pretas enfrentam no curso. Embora o acesso à educação de nível superior sustente rearranjos de trajetórias, pautados, acima de tudo, por inserções em disputas, jogos, espaços e títulos sociais historicamente negados a nós, é

evidente como os aspectos raciais balizam nossas trajetórias e exigem, incansavelmente, a (re)elaboração de planos, estratégias e projetos profissionais. Ainda que não seja o cerne deste trabalho fazer uma retomada sistemática do papel do racismo na articulação das experiências sociais de um sujeito negro em um curso superior em nosso país, viver uma etapa de ascensão social ainda significa testemunhar a majoritária inércia das estruturas raciais herdadas de um passado escravocrata.

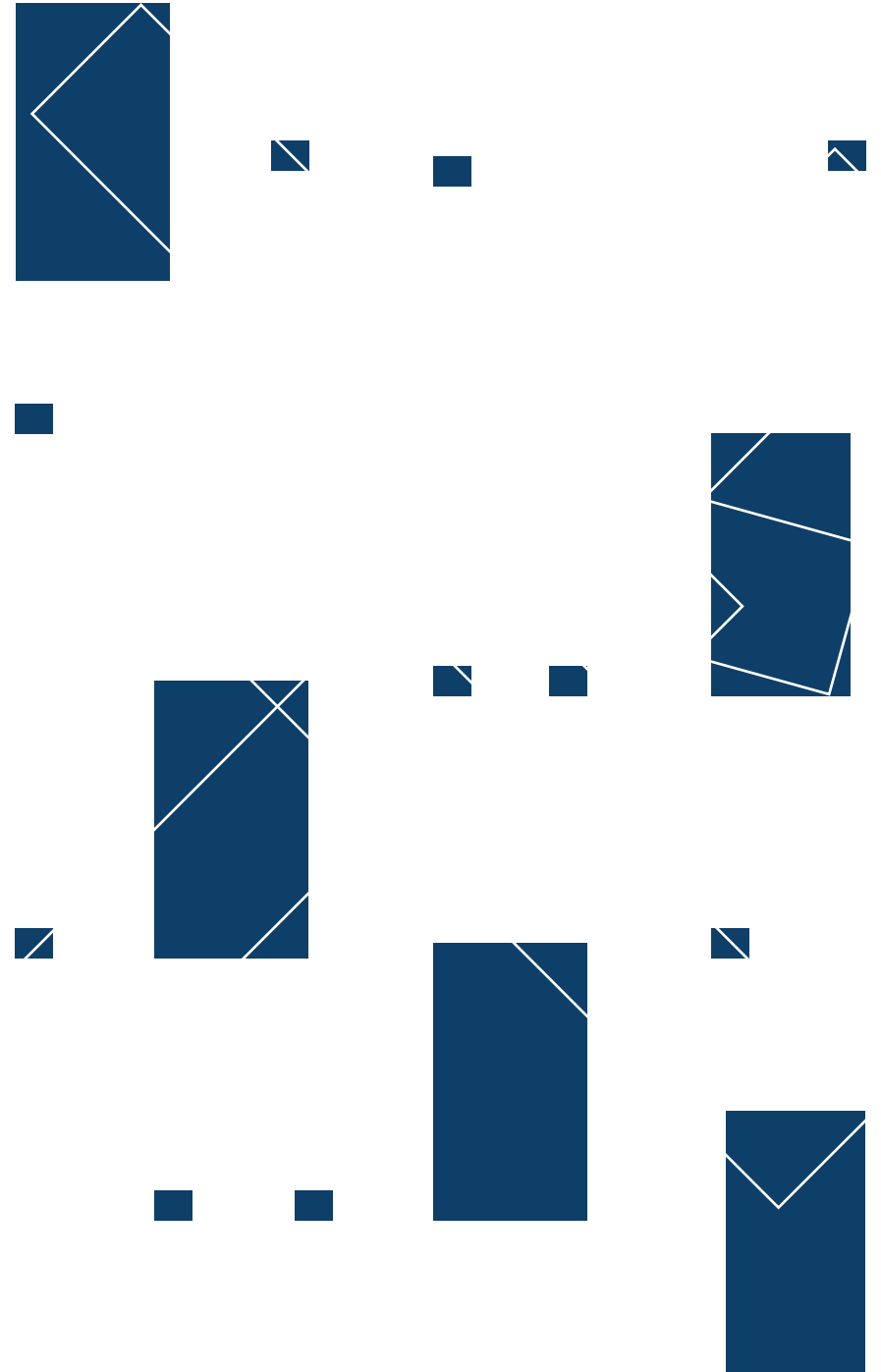
Se ao longo da graduação as ferramentas científicas introduzidas principalmente dentro dos grupos de pesquisas e das Iniciações Científicas tornaram possível a introjeção de um certo distanciamento, tão caro à ciência, das cenas que me afetavam, no começo, de uma forma passional, em cada baculejo que sofri ao atravessar as passarelas (únicos acessos pedonais) entre o Hipercentro e o Bonfim, uma insistente sensação de reconhecimento naqueles corpos sofridos alimentavam uma paixão raivosa e, ao mesmo tempo, impotente, que extrapolava aquela pequena região de Belo Horizonte e norteava algumas escolhas e preferências dentro da graduação. Posso resumir essa situação emprestando de Pierre Bourdieu a afirmação de que “nós aprendemos pelo corpo”, e que “a ordem social se inscreve no corpo por meio desse confronto permanente, mais ou menos dramático, mas que sempre abre um grande espaço para a efetividade” (WACQUANT, .2012, p. 12).

Os movimentos pretendidos aqui tentam articular os incômodos e inquietações que me convidaram a olhar para minha trajetória, para as paisagens e para os agentes das cidades com mais afeto. Esse trabalho trata-se, e é mais feliz nisso do que em qualquer outra coisa, de uma negação à indiferença às pessoas e de um pequeno repúdio à incapacidade de se colocar em contato com o Outro na cidade. Pretendo, ainda que de forma tímida, esforçar-me por compreender a exclusão pujante em nosso cotidiano pela menor escala de análise identificada – o corpo - e, com isso, oferecer esboços para a construção de um ponto de vista ainda pouco explorado acerca da desigualdade.



Sumário

Apresentação: um esforço contra a indiferença.	6
Introdução: fronteiras para além da paisagem	10
01. Um ponto de partida: o corpo como transversalidade da exclusão	14
02. Separabilidade e exclusão no urbano brasileiro	22
03. Os usos do termo “fronteira”	31
04. Do limite pessoal ao limite espacial: notas metodológicas sobre a pesquisa.	43
05. A urbanização metropolitana e a região da Lagoinha	52
06. Caminhos de ruptura: uma breve história da Lagoinha pela cisão do tecido urbano	61
06.01 Uma história da Lagoinha.	63
06.02 Os grandes projetos urbanos e o bairro.	70
06.03 Os baixios do viaduto, o IAPI e a Pedreira Prado Lopes.	72
07. Apontamentos	93
Passagem 01. Sobre a maleabilidade das fronteiras.	93
Passagem 02. Separabilidade como fundamento do inumano	95
Referências.	100



Introdução: fronteiras para além da paisagem

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar. (BRETCH, 1990, p. 67).

A fragmentação do espaço urbano pela lógica da desigualdade não é somente rígida, como um primeiro olhar sobre as paisagens da cidade pode induzir, mas efetiva-se também através de uma relação social de poder entre agentes que, num dado momento e mediados por certas formas sociais, compartilham um lugar. Essa fragmentação assume diferentes formas no meio urbano conforme a escala que adotamos para analisá-la e todas elas comportam um denominador comum: o limite entre o que é contínuo e o que deixa de ser, ou, em palavras mais apropriadas, a linha de encontro entre diferenças. Busco compreender a fragmentação do espaço urbano a partir dessas linhas que envolvem as diferenças entre os agentes que hoje se produzem e produzem as cidades. Trata-se da partida conceitual do trabalho: um esforço racional de compreensão da eficácia da fragmentação do espaço na constituição da exclusão socioespacial. Nesse movimento, o que mais nos interessa é apreender o sistema de funcionamento que inscreve determinados agentes em regiões (geográficas e sociais) expostas às mais diversas violências.

O uso do termo fronteira, até então, mostrou-se adequado para tratar a pesquisa. Conforme aponta Machado, ao discutir as origens dessa palavra na língua francesa,

A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenô-

meno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. (MACHADO, 1998, p. 41).

Em nossa proposta, buscamos trabalhar o conceito de fronteira não a partir da representação de um limite geográfico, mas através da confecção de um sistema de poder que possui, como dimensão fundamental, a capacidade de separar. A separação, conforme pretende-se sugerir, tem como centralidade o corpo e o agente que o habita. Esse esquema teórico visa desenvolver a seguinte pergunta de pesquisa: *Como as fronteiras urbanas produzem os estigmas sociais?*

Essa pergunta foi formulada por um contínuo processo de aproximação aos incômodos explicitados na apresentação desse trabalho e, dessa forma nasce com um endereço: o entorno do complexo viário da Lagoinha. Em Belo Horizonte, poucos lugares oferecem um território tão fragmentado quanto a região dos bairros Lagoinha e Bonfim. Desde as grandes intervenções de transposição da Avenida do Contorno, datadas da década de 1970, e as subsequentes políticas de desenvolvimento da metrópole, sua paisagem urbana e a vida dos moradores foram consideravelmente alteradas. O resultado disso é um tecido urbano descontínuo, rompido pelos resquícios das diversas pretensões políticas que conduziram as transformações da região.

A abordagem do tema e da pergunta de pesquisa mostrou-se muito difícil sem uma pavimentação teórica que permitisse entender a lógica de funcionamento e os elementos participantes de uma relação de exclusão. Arrisco dizer que, apesar de percorrer algumas páginas revisitando textos e autores pertinentes para o tema, a discussão sempre se norteou por incômodos oriundos de situações concretas. Busquei não me prender a alguns formalismos próprios do modelo de monografia comumente utilizados nos estudos urbanos de bacharelado e, por isso, as primeiras páginas se aproximam de um formato ensaístico se tomarmos como válidas as palavras de Adorno:

Em vez de alcançar algo cientificamente ou criar artisticamente alguma coisa, seus (ensaios) esforços ainda espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram. (ADORNO, p. 16, 2003).

Nesse sentido, a monografia apresenta a estrutura descrita a seguir. Inicialmente, traço uma problematização do corpo em dimensões epistemológicas, ontológicas e políticas,

introduzindo-o como centralidade na exclusão socioespacial através das contribuições de Ferreira da Silva (2007) e Morado Nascimento (2020). Em suma, o cerne do argumento é explicitar as linhas conceituais que embasam a importância do corpo nos circuitos de poder consolidados historicamente, a partir de uma escavação das teorias filosóficas modernas e das desigualdades urbanas. A poesia de Carolina Maria de Jesus nos ofereceu uma bonita ilustração de uma inversão na apreensão da experiência urbana, construída a partir do corpo e seu sofrimento. Seus escritos desenham as relações sociais dentro da favela e fora dela, relacionando afeto, violência, desejo, miséria e a imagem da cidade. A partir de sua prosa narrada, foi possível ilustrar os deslocamentos conceituais sugeridos anteriormente.

Na sequência, busco defender que a propriedade é uma forma de relação social que media e sustenta a ação de separabilidade, base elementar da exclusão. Assim, os esforços de sistematização de Mara (2018) e de Morado Nascimento (2020) permitiram a composição de duas linhas de desenvolvimento: a propriedade enquanto substantivo, aquilo que é apropriado e transformado por um agente e seu corpo; e a propriedade enquanto adjetivo, aquilo que é próprio de um agente, seja por ser algo reivindicado em arenas políticas e processos de sociabilização. Essa parte, por fim, é reservada à construção da noção de fronteira urbana e de estigma social: enveredo uma definição que assimile as noções centrais trabalhadas, estabelecendo um sistema de análise.

A terceira parte do trabalho trata-se de uma breve sistematização de ideias e maneiras como os termos foram utilizados em estudos específicos das ciências sociais e nos estudos urbanos. Com ela afirmo as aproximações e os afastamentos em relação às propostas levantadas.

A quarta parte da monografia introduz a região em estudo através de uma retomada histórica das transformações experimentadas pela área e seus efeitos na organização de sua estrutura urbana. Pretende-se não se conter numa descrição histórica de protocolo, comum aos estudos urbanos na medida em que constituem passagens de diagnósticos técnicos, geralmente descolados do contexto socioespacial atualizado. Aqui, o objetivo, conforme sugere Thiry-Cherques ao tratar da obra de Bourdieu, é buscar

(...) na interação entre os agentes (indivíduos e os grupos) e as instituições encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 15)

Com isso, busco subsidiar uma aproximação conceitual e teórica ao fenômeno da exclusão socioespacial, estabelecendo o corpo como uma transversalidade às suas diversas dimensões.



01. Um ponto de partida: o corpo como transversalidade da exclusão

My excavation of the founding statements of modern thought identifies philosophical formulations that reproduce Descartes's outline of self-consciousness as the Only existing being to enjoy self-determination—the ability to alone decide on its essence or existence—which requires the bold articulation and disavowal of the ontoepistemological relevance of extended things, that is, bodies. (SILVA, p. 39, 2007).

Corporeidade é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. (SANTOS, p. 10. 1996)

Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casas de tijolos. (JESUS, p. 57. 2007)

Existe um fator comum nas diversas formas de exclusão socioespacial? Com esta questão, tocamos um tema muito vasto, haja as diversas formas que o recurso analítico de exclusão, quando empregado no objeto socioespacial, pode esquematizar. Essa vastidão

traduz-se em indeterminação, já que é possível empreender a resposta de diferentes perspectivas. Proponho uma pequena inversão na pergunta, que direciona, de forma mais efetiva, os esforços gastos em desenvolver esse tema: *sobre o que as diversas formas de exclusão socioespacial se incidem?* Essa pergunta coloca seu objeto de busca fora da exclusão - não se trata propriamente da exclusão socioespacial, que é colocada acima da resposta que direcionamos, mas sobre o que, necessariamente, está abaixo (fora) dela.

Dizer que a resposta passa pelo espaço, ou a associação espaço/sociedade, seria vago, uma vez que a exclusão socioespacial já implica o fato espacial e social em seu cerne. O que passa despercebido é onde a sociedade, indivíduo e o espaço sombreiam-se. Em nossa pesquisa, o interesse por esse sombreamento encontrou, na crítica à filosofia moderna elaborado pela filósofa Denise Ferreira da Silva (2007), uma linha de desenvolvimento. Esse desenvolvimento permitiu tratar o corpo como o elemento fundamental de incidência da exclusão, tratando-a, conceitualmente, como um processo de separação.

Ferreira da Silva (2017) se propõe a escavar os fundamentos do pensamento moderno e de seus modelos de representação para entender o papel da racialidade e sua insistente eficácia na organização das relações sociais contemporâneas, mesmo após um século de denúncia da categoria de *raça*. Não se pretende aqui a retomada minuciosa do projeto de arqueologia do pensamento moderno engatado pela pensadora, mas suas inversões e retomadas críticas acerca da epistemologia e da ontologia do humano oferecem à discussão do trabalho elementos fundamentais numa aproximação da cidade.

A pensadora retoma os avanços da filosofia moderna em seu projeto de consolidação de um novo sujeito, quando buscava afastar os modelos de conhecimento vigentes da figura divina (filosofia escolástica). A obra de René Descartes simboliza, nesse sentido, os fundamentos de uma nova epistemologia, e as reflexões contidas nas *Meditações* estabelecem essa cisão articulando uma possibilidade de conhecimento independente da revelação de Deus que, ao mesmo tempo, mantém estável um certo privilégio herdado da escolástica, o qual confere ao Homem a regalia de não se confundir com as coisas do mundo. O argumento Cartesiano, sintetizado na máxima penso, logo existo, articula, a um só tempo uma nova forma de conhecer, com um sujeito que, pela autodeterminação, conhece ao mundo e a si mesmo (argumento epistemológico) e um sujeito que, para conhecer, não se mistura com as coisas do mundo (argumento ontológico). Nas palavras da autora, trata-se de uma

Afirmção que confunde ser e conhecimento quando ele dá a primazia ontoepistemológica à res cogitans, à coisa pensante (...) (SILVA, p. 42. 2007).

Nesse primeiro momento, o movimento de autodeterminação do sujeito moderno implica na decisão de eliminar a espacialidade do corpo (SILVA, 2007, p. 30), uma vez que o protagonismo na determinação de si mesmo é da mente (ou, retomando os termos, do pensar). Trata-se de um repúdio à espacialidade através do corpo.

Em Kant, o sujeito moderno admite a experiência como necessária à construção do conhecimento, mas a noção de entendimento separa as funções mentais da experiência simples. Em suma, as possibilidades de apreensão do mundo para Kant encontram-se dentro da faculdade da razão. Nessa linha, Ferreira da Silva identifica o segundo momento da constituição do sujeito moderno: a negação da espacialidade a partir do conhecimento.

Hegel elabora uma crítica à razão kantiana, considerada por ele como uma razão totalitária, que retira a alma das coisas para então conhecê-las. Nesse movimento, o filósofo rearticula tempo e espaço como elementos fundamentais de sua dialética e descreve a razão como uma entidade viva (o espírito) que se torna o que deve ser através do confronto consigo mesma. O fim desse confronto trata-se da manifestação do sujeito portador dessa razão no mundo inteiro.

O embate da ascensão do sujeito hegeliano coincide com a consolidação do projeto colonial nas américas. Nesse sentido, a autora percebe uma impossibilidade política da universalização desse sujeito de razão, uma vez que a lógica de produção que sustentava o modelo colonial se baseava na escravização de africanos e indígenas. A construção da categoria de raça trata-se de um fenômeno desse contexto: baseando-se em trejeitos do pensamento cientificista kantiano e na sua fertilidade na elaboração de categorias sobre o mundo, as formas de vidas puderam ser hierarquizadas de acordo com suas formas físicas e complexidades biológicas enquanto os seres humanos, por sua vez, foram hierarquizados pela capacidade de pensamento abstrato, fazendo com que surgissem categorias de sujeitos incapazes de seguir a trajetória do espírito hegeliano.

Em suma, a autora apresenta a reverberação do movimento de autodeterminação do sujeito, iniciado por Descartes, nos argumentos filosóficos da modernidade, sobretudo em Kant, e os ilumina através do projeto de colonização, demonstrando as impossibilidades políticas de realização do sujeito transcendental hegeliano – entendido como a consolidação do projeto ontoepistemológico moderno – através das formulações cientificistas e políticas sobre a raça. Tratam-se de três principais momentos onde a espacialidade é rejeitada no pensamento moderno: no *repúdio* à espacialidade em Descartes, na *negação* à espacialidade em Kant, e na *impossibilidade política* de realização do universal hegeliano.

Para Ferreira da Silva (2007) a negação do corpo nas construções epistemológicas e

ontológicas modernas abriu caminho para a realização da subjugação racial a partir de um julgamento cientificista do corpo e, por efeito, para a naturalização das violências simbólica e física experienciadas por determinados (não) sujeitos. A crítica da autora retorna à teoria política, deslocando a ênfase da racionalidade e da liberdade para a autoridade, dimensão fundadora do sujeito moderno. Esse raciocínio é fértil também para se pensar a desigualdade urbana, uma vez que permite considerar, como uma das camadas da dinâmica de produção e reprodução das cidades, a impossibilidade de acesso de pessoas ao que Morado Nascimento (2020 p. 30) chama de *direito de existir*: condição que aglutina as dimensões dos direitos humanos, do direito à vida urbana, da precariedade e da hiper exploração do indivíduo.

O corpo é negado ontológica e epistemologicamente pelo sujeito moderno, mas é fator necessário para a construção do projeto político e econômico colonial. Assim, o corpo articula os mecanismos pelos quais se reconhece ou não as possibilidades de participação de um sujeito nos circuitos legitimados de direito. Nessas movimentações, não é difícil perceber que as condições para realização do sujeito moderno passam por implicações espaciais. Em outras palavras, o sujeito portador da razão universal hegeliana existe, mas existe em um lugar e por meio de um corpo – esse sujeito só é concreto quando é situado e encarnado. Se for possível pensar a partir desse deslocamento, ficam claras as dificuldades da realização de um sujeito de direito universal no ambiente urbano. Cabe aqui uma nova pergunta: de que maneira e através do que o espaço urbano participa e organiza a distinção entre os sujeitos e os não sujeitos?

Milton Santos nos ajuda a desdobrar essa questão através de um subcapítulo de seu livro *A Natureza do Espaço*, dedicado a analisar a condição dos pobres na cidade. Escrevendo a partir de uma época onde o projeto rodoviário já estava consolidado nos centros urbanos brasileiros, o autor relaciona de maneira inversa a capacidade de deslocamento pela cidade e a sua possibilidade de compreensão (SANTOS, 2006. p. 220). De dentro de um automóvel, a comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, desenha um invólucro fantasioso acerca da concretude das diferenças e desigualdades exprimidas no espaço urbano. Em contrapartida, os homens lentos, conscientes das fabulações dessas imagens, não podem estar em fase com esse imaginário perverso, uma vez que seu estar-na-cidade acontece a partir de uma exposição direta de sua existência ao ambiente urbano.

O elemento que traça as diferenças entre esses modos de exposição à cidade, para o geógrafo, trata-se do espaço: locus pleno do desenvolvimento da vida cotidiana. Enquanto os pobres, incapazes de se haver com as tecnologias mais rebuscadas, experimentam a cidade primeiro a partir da organicidade das periferias, onde organizam sua vida social,

e, depois, através de deslocamentos prolongados no espaço público, os ricos constroem sua relação com a cidade a partir de imagens rápidas, ofertadas de maneira quase imediata e empobrecida ou através da difusão de signos que estereotipam as nuances da vida cotidiana. Afinal, os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores.

Milton Santos, através do espaço, pensa dicotomia entre a cultura reproduzida de maneira rasa, que oferece aos ricos os argumentos e as imagens para racionalizar sua existência empobrecida - a cultura de massas - e a cultura popular,

(...) que tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. (SANTOS, 2015. p. 222).

Acolho os conselhos de Maria Adélia de Souza em entrevista retomada por NAKAGAWA (2016), para quem a obra de Milton Santos deve ser usada a partir de suas concepções fundamentais e não a partir de seus conceitos derivados. A preocupação do geógrafo foi lançar as fundações para a construção da geografia como uma disciplina científica, embasando a ideia de espaço geográfico como uma categoria de análise – ou instância social, que se impõe a tudo e a todos. Desse ponto de vista, o espaço não pode ser produzido, mas pode ser analisado. A paisagem, por sua vez, é entendida como espaço geográfico historicizado pelas relações sociais, ou, como propõe Maria Adélia, território usado. Nessa abordagem, o que se pode produzir é o território usado (a paisagem).¹

O argumento trabalhado acerca dos pobres urbanos pode ser desenvolvido, por isso tudo, em uma linha que permite pensar uma diferenciação da experiência da cidade pelos grupos sociais nela alocados a partir do protagonismo do cotidiano, associando de maneira explícita, classe social, espaço material, relações sociais e paisagem. Em síntese, podemos aprender com Santos que a experiência urbana constrói pontos de vista acerca da cidade, na cidade. A cidade contemporânea brasileira, a meu ver, oferece tantas condições de construção de pontos de vistas que a apreendam quantos forem os lugares (ou trajetórias) onde esses pontos de vista possam ser criados. Implica-se aqui a naturalização das desigualdades urbanas, no senso comum entendida como um dado natural da urbanização quando, na verdade, tratam-se de reverberações das estruturas

¹ O trato conceitual de Milton Santos acerca dos conceitos de espaço, território e lugar encorpa um longo debate que se estendeu durante o século XX sobre a relação entre espaço/sociedade. Frente à globalização, a teoria do espaço de Santos permite reorganizar a dimensão do local, sobretudo nas grandes cidades contemporâneas, lócus de verticalidades (produtos de um sistema global de disposição de objetos e poder) e horizontalidades (alocadas na dimensão do território e, por isso, regidas pela interação e pela contiguidade). (NAKAGAWA, 2016).

sociais que as produzem e são absorvidas uma vez que, na falta de outro modelo de urbanidade, permanecem como o único imaginado e possível.

Na obra de Carolina Maria de Jesus (2007), o encontro entre os lugares da cidade e o corpo é evidente. Carolina constrói uma perspectiva onde são projetados a cidade, a favela, a fome, a violência, o trabalho e seus afetos, todos esses elementos articulados por seu estar no mundo. Leandro (2018, p. 53) propõe que consideremos a dimensão do corpo, do discurso e do território ao analisarmos os escritos da poeta, uma vez que constituem elementos indissociáveis em suas narrativas. Através de sua vida na São Paulo dos meados do séc. XX, Maria de Jesus reflete sua posição na hierarquia socioespacial da cidade, onde a urgência da sobrevivência ecoa nos seus encontros com a cidade, organizando o entendimento dos lugares por onde vive a partir da miséria de seu dia a dia. Nesse movimento, sua posição autoafirmada de favelada contrasta com a rua, e de seu ponto de vista, a cidade formal é desenhada como um oposto ao que sua autorreflexão exprime como a sua existência. Essa cartografia de São Paulo através da narrativa é destacada por Leandro, que também entende que através de seus deslocamentos a pé, Carolina interage com o mundo. Nas palavras da autora:

(...) o olhar que se verte em direção à narrativa de Carolina, é atravessado pela dimensão do corpo através dos gestos e dos lugares que ele elabora e ocupa no interior das narrativas, e também pelo próprio corpo que escreve, que se desloca, afetando e sendo afetado pelos/nos/com os territórios nos espaços por onde transita. Corpo, discurso e território são dimensões indissociáveis em suas narrativas. (LEANDRO, 2015. p. 53)

Carolina olha da favela para a cidade, mas também olha da favela para a favela. Nela, exprime as diferenças entre ela mesma e seus vizinhos. A partir de seu olhar, a favela é organizada pelas formas de sociabilização de seus moradores e, nesse sentido, torna-se multifacetada. Frente à cidade, a favela de Carolina é homogeneizada pela miséria; mas atravessando suas ruas de terra, a miséria também articula as diferenças entre os múltiplos lugares da favela e entre seus moradores.

Desse ponto, a favela como território não é o oposto imediato da rua. A favela em Quarto de Despejo (JESUS, 2007) se torna oposto a partir do encontro de seus moradores com o mundo: as marcas corpóreas da miséria articulam uma distinção nos processos de sociabilização entre favelados e o restante da população. Essa distinção, incrustada sobre o corpo é compartilhada com seu território de (re)produção: a favela. Na narrativa de Carolina, a miséria é o elemento pelo qual se pode ligar o corpo e seus lugares.

As narrativas da autora fornecem uma ilustração direta da ideia de Milton Santos aqui

destacada. Na pobreza, não há espaço para fabulações acerca da cidade, sua apreensão acontece pelos efeitos e pelas marcas da miséria. Nesse contexto, o corpo fornece os primeiros e mais ecoantes modelos de conhecimento e reconhecimento da realidade: o sofrimento físico e mental. Através disso, acredito, Carolina nos ajuda a desenhar os embates dessa primeira fronteira que identificamos na vida da cidade – o corpo.

Em nossa argumentação, o corpo assume um papel importante na lógica da exclusão socioespacial que permeia o espaço das cidades brasileiras. A ideia de *separabilidade*, cunhada por Ferreira da Silva (2016), é entendida por nós como sua dimensão fundamental. Aqui, a separabilidade é um conceito que permite construir uma leitura da exclusão a partir da denúncia da violência dos modelos teóricos europeus, ainda que, diferente da pensadora, não pretendamos aqui propor novos esquemas de entendimento sobre o agente e o mundo. Apesar dessa diferença de objetivos, Ferreira da Silva (2016) apresenta seu conceito através da elucidação da crise dos refugiados, marco que apoia nos limites políticos administrativos a justificativa da construção de categorias de separação éticas pautadas no Estado-nação e nas manifestações culturais: a diferença é apropriada para a construção de um discurso que naturaliza uma cisão social extrema, efetivada por normativas jurídicas, pela naturalização de sucessivas mortes daqueles que atravessam as fronteiras dos países europeus em busca de melhores condições de vida e pela dificuldade que, uma vez dentro de seus limites, esses grupos possuem de se incluir no mercado de trabalho, nas instituições de educação e nas políticas de assistência social.

Um dos sintomas mais claros da exclusão é o sofrimento que aqueles que estão sobre sua sombra suportam no cotidiano. Seus efeitos podem ser esquematizados em sistemas que produzem a invisibilização do Outro. A separabilidade, para nós, trata-se do componente fundamental da exclusão, aplicando-se sobre o corpo (através de esquemas de invisibilização) e possuindo, como uma de suas formas de reprodução e mediação social a propriedade. Nesse sentido, pela bibliografia consultada e pelo escopo de nosso raciocínio, a noção de propriedade pode ser trabalhada em duas vertentes: *a propriedade como substantivo* – ou seja, sua forma jurídico-material, reafirmada no processo de consolidação capitalista e entendida como um dos mecanismos de reprodução das estruturas sociais coloniais (Mara, 2018); e *a propriedade como adjetivo*, ou seja, sua dimensão individualmente política, aquilo que é próprio de alguém e que constitui um agente. Em suma, nosso argumento busca apresentar que a propriedade, nos termos da exclusão socioespacial, consolida a posição dominante, atuando como vetor de transmissão das barreiras simbólicas ou literais que delimitam seu grupo, enquanto produz, ao mesmo tempo, um efeito de invisibilização e de naturalização da condição de sofrimento do dominado. As paisagens urbanas brasileiras, como se mostrará agora, representam tais

estruturas de dominação em sua forma mais latente, enquanto a naturalização de suas formas e modelos de crescimento é o que subsidia a introjeção da posição de dominado na exclusão social.

02. Separabilidade e exclusão no urbano brasileiro

Mara (2018) propõe como uma das camadas para se discutir a natureza da desigualdade socioespacial brasileira a transformação histórica do conceito de propriedade e seus efeitos na organização fundiária na ocupação colonizadora. Para tanto, a autora retoma a discussão de propriedade a partir de suas múltiplas facetas: etimológica, semântica, jurídica, filosófica e aquela relativa às ciências sociais, em especial à antropologia e à sociologia. De início, Mara acata os conselhos de Grossi (2006) e Magalhães (2016) e entende a propriedade como uma *ideologia de origem europeia*. Assim, enquanto ideologia, a propriedade existe como forma social naturalizada e que naturaliza a relação entre um agente e um bem de maneira jurídica. Mara sintetiza sua definição acerca da propriedade

como um resultado histórico monocultural significa reconhecer a existência de múltiplas formas de relação entre as pessoas e as coisas nas histórias das diversas culturas, para além da história de proprietários e de lutas pela propriedade características do sistema europeu. (MARA, 2018. p. 23)

Nesse sentido, seus esforços de conceituação da noção de propriedade partem do entendimento dessa forma social como um horizonte europeu. Em síntese, refletindo a partir do Brasil contemporâneo, Mara trabalha a propriedade como ideologia colonial, sendo sua consolidação histórica uma das facetas pelas quais a desigualdade socioespacial adere-se à racialização das relações sociais e segrega o espaço urbano brasileiro. A autora introduz a noção de invisibilidade a partir de uma perspectiva cultural e, através desse argumento, lê o achatamento cultural produzido pelo sistema escravocrata sobre a população africana em diáspora e suas manifestações simbólicas. Esse argumento demonstra a constituição de formas de sociabilização racializadas ao longo da formação

do Estado brasileiro que, contemporaneamente, apresentam-se também através de um agudo fenômeno de exclusão socioespacial.

Não é desconhecida a proposta de Kowarick (2009) e Villaça (2001) sobre a periferização da pobreza como embasamento da segregação socioespacial de nossas cidades. Ainda que alguns estudos compreendam a distribuição entre pretos e brancos nos territórios das cidades brasileira a partir da periferização, conforme aponta Mara (2018, p. 91), o racismo sempre foi mensurado a partir da renda das pessoas, mas não a partir da amplitude dos mecanismos discriminatórios que compõe a racialização e sua eficácia na subjugação de pessoas. Com isso, a autora elabora:

no contexto da cidade e do urbano, a desigualdade entre negros e brancos vai além da tradicional definição socioeconômica que tende a velar o racismo estrutural na sociedade brasileira e, diferentemente do apartheid americano, a segregação racial no Brasil não é oficial, mas informalmente instituída com a naturalização das desigualdades raciais. (MARA, 2018, p. 91).

Mara (2018), Vieira (2017) e Barroso (2020) empreendem esforços científicos nesse sentido, buscando desvelar na evolução urbana das cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém do Pará respectivamente, o papel da raça nos arranjos de expansão e consolidação das áreas ocupadas nessas metrópoles.

Em Belo Horizonte, o controle da terra da capital mediada pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) se deu através da desapropriação dos proprietários particulares das terras do até então Arraial Curral del Rey pelo Estado. O planejamento da nova capital do estado (título pertencente à Ouro Preto) não aconteceu apenas do ponto de vista formal, mas também pelo desenvolvimento das feições da posse e do uso da terra. Aponta Mara que

o processo de controle das terras pelo Estado constitui a base da segregação espacial da cidade pois ao determinar quem seriam os proprietários do conjunto das terras urbanas, demarca-se indiretamente a existência dos não proprietários: a mão de obra trabalhadora e transitória, pessoas negras em sua maioria, veladas da história oficial da cidade. (MARA, 2018. P. 110)

Vieira (2017, p. 159-170) argumenta como as formas políticas e jurídicas do Brasil pós-escravatura rearticularam a ocupação do centro colonial de Porto Alegre. Enquanto no primeiro momento analisado (começo do século XVIII até o final do século XIX), a cidade, delimitada pelo centro histórico, experimentava uma sobreposição de camadas sociais e racializadas, no segundo momento, (compreendido entre o final do século XX

até os anos 1940) é diagnosticada uma segregação pautada na ocupação de áreas mais afastadas por pessoas negras. Barroso (2020) demonstra, através de cartografias, a evolução da segregação socioespacial em Belém do Pará que, além de explicitar linhas de separação geográficas baseadas na raça, reservou aos negros e negras da cidade os ônus ambientais do avanço da mancha urbana sobre áreas de florestas.

O que há em comum entre as pesquisas supracitadas são o desenvolvimento da ideia de raça como dispositivo de organização da expansão urbana das grandes cidades brasileiras. Se, conforme é conhecido, o preço da terra urbana e a desigualdade de renda são fatores que compõe a dificuldade de algumas classes sociais em acessar a propriedade fundiária, a racialização do espaço urbano também se atrela às diversas configurações da ideologia da propriedade (substantivo) suas formas jurídicas e sociais na história política do país. Em suma, a propriedade compõe os limites que demarcam a desigualdade no espaço urbano. Nessa linha, uma das dimensões da separabilidade é constituída pelos limites das coisas materiais, reificadas como propriedade. Assim, a propriedade media a relação de exclusão na ausência de um contato direto entre pessoas - basta pensar numa casa vazia e murada, com um sem teto instalado em sua calçada. A propriedade, portanto, não é concreta como uma dimensão natural, mas como uma forma social, que organiza o espaço a partir de sua introjeção como ideologia (MARA, 2018, p. 24).

Em sua abordagem sobre a exclusão, Morado Nascimento (2020) rejeita reduzir a leitura do fenômeno ao acúmulo de explicações lineares e isoladas sobre o tema e busca desvelá-lo enquanto sistema. Para tanto, a autora argumenta a partir das *formas de vida* nas cidades contemporâneas, evidenciando a exclusão como estrutura e como sintoma. Interessa aqui a retomada e a ampliação do conceito de propriedade em Locke elaborada ao longo de seu livro, entendida como produto mediador entre o agente e o mundo.

A teoria política de Locke, conforme retomada por Morado Nascimento (2020), é fundamentada em dois tratados: o Primeiro e o Segundo Tratado Sobre o Governo. Suas ideias partem da rejeição às doutrinas que preconizavam a junção entre poder político e teologia. O teórico inglês desdobra seus argumentos a partir da noção de *estado da natureza*, assumindo que as relações entre homens, num primeiro momento, desvinculam-se de quaisquer imperativos de sociabilização. Para Locke, o conceito de liberdade surge desse primeiro momento, onde o homem é senhor de si e de suas posses. A dimensão política, nesse sentido, nasce do confronto entre as liberdades de cada pessoa. Na retomada de Morado Nascimento,

(...) o poder político surge do “estado de perfeita liberdade”, bem como de igualdade, de maneira que todos os homens naturalmente estão para “regular suas ações e dispor de suas posses

e pessoas do modo como julgarem acertado”, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro homem. (MORADO NASCIMENTO, 2020. p. 98).

Os avanços construídos pela teoria contratualista de Locke em direção ao estabelecimento do Estado moderno burguês se dão principalmente na cisão entre a “concepção do poder paternal e da propriedade comum”, noções adotadas pelos regimes monárquicos europeus, e sua “concepção do poder político e da propriedade privada” (MORADO NASCIMENTO, 2020. p. 98). Para tanto, o pensador insere na discussão política as ideias de *trabalho do corpo e obra das mãos*.

Para Locke, na interação entre homem e natureza, o trabalho surge como intermediário. Para atender suas necessidades básicas ou melhorar a condição de existência em um dado contexto, o homem transforma a natureza por suas ações, conferindo a cada produto de seu trabalho um valor. Nesse processo, Locke vincula cada produto ao seu agente criador, estabelecendo a ideia de propriedade. Esses argumentos ficam explícitos quando o autor defende que, no estado de natureza, “o trabalho haveria de ser o seu título de propriedade”. (LOCKE, 1998, p. 414). Sendo o trabalho e seus frutos elementos próprios do entendimento de Locke sobre o homem e suas relações com o mundo, a sociedade civil, fruto do embate entre essas razões e trabalhos individuais, para Locke, deve preservar o direito à propriedade como o direito fundamental do homem. Nesse sentido,

(...) o governo civil não cria a propriedade, mas este é criado para garantir os direitos naturais, essencialmente a propriedade privada. (MORADO NASCIMENTO, 2020. p. 99)

O papel da propriedade, conforme trabalhada inicialmente por Locke, torna-se fundamental ao desenvolvimento da autora, que busca estender seu conceito a partir da veia ontológica presente na teoria do filósofo inglês. Morado Nascimento, nesse sentido, assume a propriedade como determinação fundamental do homem, estendendo-a para além dos fundamentos de concepção do estado liberal capitalista, mas em direção à luta *por existir e re-existir diante dos outros* (MORADO NASCIMENTO, p. 103).

Trata-se, portanto, de uma dimensão intrínseca à vida e à existência na cidade. A partir da construção do que é próprio a cada um, cada agente se insere em circuitos de reconhecimento e se (re)define. Para Morado Nascimento, a lógica da exclusão é trabalhada conceitualmente a partir da associação entre a reivindicação política, a possibilidade de decisão e o reconhecimento social, efeitos de um estado de guerra histórico, que configura as três dimensões assumidas pela autora como constituintes da propriedade: vidas, liberdades e bens. O que permite a eficácia analítica do trabalho da autora é a

inscrição de agentes nessas categorias, que mediam dimensões da vida cotidiana.

Todavia, a luta pelo reconhecimento do que é próprio a cada agente é a luta pela possibilidade de existência em um meio socioespacial. Se retomarmos os termos trabalhados até então, entendemos o corpo como meio de reivindicação político no contexto socioespacial. A partir desse ponto, pretende-se argumentar que a construção das fronteiras urbanas possui, como elemento central de constituição, o exercício da separabilidade sobre os corpos.

A discussão de Henri Lefebvre (1979) acerca do conhecimento mostra-se fecunda para esclarecer nosso raciocínio. Com uma visão crítica acerca da abordagem filosófica moderna sobre a epistemologia, o autor desloca o foco do debate do “conhecimento como problema” para o “conhecimento como fato”. Essa inversão permite entender que até então, por um recurso analítico, a filosofia separava agente e objeto, esforçando-se, depois, para reconectar as duas partes em argumentações insolúveis. As correntes de pensamento que se valeram desse gesto na investigação do mundo são lidas pelo autor francês como *metafísicas*. Em suas palavras:

Por definição, designaremos como metafísicas todas as doutrinas que isolam e separam o que é dado efetivamente como ligado. (LEFEBVRE, 1979 p. 50)

O gesto metafísico, na epistemologia de Lefebvre, é o gesto analítico que separa a parte do todo. O autor admite a possibilidade de consequências sociais para o pensamento metafísico (pela persuasão ou pela propaganda (LEFEBVRE, 1979, p. 52), ainda que não possa, nesse caso, afirmar a natureza social do pensamento. Para Silva (2016), o gesto analítico de separação, que é identificado e criticado filosoficamente por Lefebvre, possui, necessariamente, implicações sociais, afinal, dele origina-se a categoria de raça e os discursos políticos modernos. A separabilidade, dessa perspectiva, é uma noção que denuncia a violência da ordem discursiva moderna. Em nosso trabalho, separabilidade trata-se de uma categoria que permite entender as formas mais elementares do que vem a ser uma *fronteira urbana*.

Assim, consideramos que a análise metafísica se trata de um gesto com reverberações concretas quando fundamenta modelos de sociabilização. Noutras palavras, o gesto metafísico, criticado por Lefebvre, separa o que é indissociável, enquanto a sociabilização informa essa separação, num primeiro momento abstrata, de conteúdo (dotando de sentido uma categoria, um grupo, etc.). A separabilidade, portanto, é um fenômeno da práxis. Ao ler as fronteiras, as divisões, limites, o que podemos ler são os sistemas de separação físicos e simbólicos que se efetivam nas ações de sociabilização de um contexto socioespacial.

Esses sistemas constituem-se também de constrangimentos construídos historicamente e situados espacialmente. A ação, individual e coletiva, é produto formatado pelos limites estabelecidos pela história. Considerar isso é admitir que nenhuma ação pode desvincular-se das estruturas sociais e históricas de onde nasce. Ela é resultado, portanto, da introjeção e da externalização dessas estruturas por agentes submetidos às mesmas condições de existência material.

A fronteira não pode esgotar-se em uma ação expressa do cálculo racional de um agente ou de um grupo socioespacial, mas resulta de princípios inculcados de estruturas sociais duráveis que são absorvidos e reproduzidos num processo de exclusão. Fazendo uma pequena inversão na leitura de Andrade (2006) sobre o *habitus* em Bourdieu, pode-se dizer que em uma fronteira não só a ação de separabilidade é externalizada, mas também os seus efeitos de invisibilização são internalizados nos agentes e grupos envolvidos. Esse processo de separação, em suma, consiste nas relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 2003).

Essa abordagem permite concentrar os esforços de se entender as fronteiras urbanas em seu sistema de funcionamento – admitindo o corpo como elemento fundamental de sua lógica - e inválida, num primeiro momento, uma postura meramente contemplativa acerca das formas sociais, já denunciada por Bourdieu sob a alcunha de *skholè*: o gozo de uma situação existencial extremamente confortável, onde o pesquisador, afastado das urgências práticas da vida, esboça, sobre um apanhado de situações, descrições distorcidas (ou irrealmente intelectualistas, conforme leitura de Peters (2013)) dos vetores da ação humana, imputando na lógica da prática das relações sociais mecanismos de ordem filosófica e teórica. Nas palavras de Gabriel Peters, trata-se de uma postura que erra

(...) ao projetar sobre o sujeito atuante (sujet agissant) uma postura diante do real própria do sujeito cognoscente (sujet connaissant), dando origem assim a um fictício “monstro com a cabeça do pensador pensando sua prática de modo lógico e racional montado no corpo de um homem de ação engajado na ação”. (PETERS, 2013. p. 53)

A separabilidade é um processo de ordem prática, conforme se argumentou. Nossa posição é a de que as fronteiras urbanas são a reificação do fenômeno da separabilidade no contexto socioespacial e, portanto, elementos que só se desvelam se nos comprometemos em entendê-las a partir de sua dimensão prática. De início, entendemos que o gesto metafísico criticado por Lefebvre é a forma mental da fronteira, e a exclusão, seu

resultante prático. Buscamos iniciar a conceituação de nossos pressupostos a partir das noções de *corpo* e de *propriedade* como elementos constitutivos das fronteiras urbanas, vez que se mostram como formas sociais onde a eficácia social da separabilidade e da construção de discursos sobre desigualdade se manifestam e se justificam. Nesse ponto, corpo e propriedade são os modelos pelos quais as fronteiras exercem seu papel divisor.

Nesse sentido, a fronteira abriga uma relação de poder. A compreensão de uma relação de poder pode mostrar-se falha quando ignora os mecanismos de estabilização das posições (dominante/dominado) dos agentes ou grupos socioespaciais envolvidos nessa relação. O erro, acreditamos, é desenhar uma relação de dominação na qual a parte dominada se adere e permanece na posição subjugada como se fosse uma condição natural de sua existência social. É necessário entender que força permite sua reprodução. Nesse ponto, ao conceituar uma fronteira, pensamos que, da exclusão socioespacial precipita uma forma social: o estigma. Estigma, para nós, é a força que dota de alguma lógica a relação de exclusão. Esse sentido torna possível construir a linha de separação quando aloca dentro de seus limites determinados agentes, reunidos por um esforço de achatamento de suas diferenças internas no polo de uma relação de poder que os subjugam.

O estigma, se tomarmos emprestado, mais uma vez, a teoria social de Bourdieu, é incorporada pelos agentes sociais como uma estrutura cognitiva, utilizada para conhecer praticamente o mundo social, servindo-se de esquemas classificatórios que funcionam aquém da consciência do discurso. Esses esquemas engendram princípios de divisão compartilhados ao conjunto de agentes de uma sociedade. É o que torna possível a produção de *um mundo comum e sensato, um mundo de senso comum* (BOURDIEU, 2011, p. 435-436).

Todos os agentes de uma determinada formação social têm em comum, de fato, um conjunto de esquemas de percepção fundamentais que recebem um começo de objetivação nos pares de adjetivos antagonistas comumente utilizados para classificar e qualificar as pessoas ou os objetos nos diferentes domínios da prática. (BOURDIEU, 2011, p. 436)

Nesse sentido, Bourdieu, em *A distinção*, um grande estudo traçado ao longo da década de 1970 acerca da diferenciação social em Paris, abre as reflexões conclusivas a partir do seguinte fragmento

Por intermédio das exclusões e inclusões, (...) das divisões (incompatibilidades, rupturas, lutas) que se encontram na origem da estrutura social e da eficácia estruturante que ela exerce, por intermédio, finalmente, de todos os julgamentos, vereditos,

classificações, (...) a ordem social se inscreve, progressivamente, nos cérebros. (BOURDIEU, 2011, p. 438).

As ações de separação e exclusão, sempre atualizadas pelos julgamentos, classificações e vereditos elaborados nos processos de sociabilização cotidianos, encorpa a ordem material de um simbolismo socialmente concreto. Noutras palavras, a conclusão de Bourdieu permite entender que, na materialidade imediata do mundo, sempre observamos as disposições estruturais da ordem social (*A percepção primeira do mundo social, antes de ser um ato mecânico, é sempre um ato de conhecimento (...), implicando a forma mais absoluta de reconhecimento da ordem social* (BOURDIEU, 2011, p. 438)).

As conclusões do pensador francês são apropriadas aqui como pressupostos para a noção de estigma. Em nosso trabalho, o estigma trata-se de um esquema de percepção que objetiva manter a separabilidade desenhada: na dimensão dominada da relação, é possível que os dominados tendam a se atribuir o que a exclusão lhes atribui. Os condicionamentos socioespaciais, portanto – e aqui basta lembrar-se de Carolina, *inscrevem a relação com o mundo social em uma relação duradoura e generalizada com o corpo* (BOURDIEU, 2011, p. 440). Em nossa visão do estigma, o corpo assume um caráter de fardo ao estigmatizado, sendo um elemento impossível de se esconder e, por isso, efetivamente invisibilizado, ignorado, excluído.

A exclusão é eficaz na medida em que inscreve nos corpos daqueles agentes excluídos as categorias necessárias para reconhecê-los como excluídos. Não é difícil admitir o mesmo movimento em uma escala ampliada: o espaço urbano, na medida em que se fragmenta e é constituído por grupos e nichos sociais, é apropriado nos esquemas de exclusão socioespacial que incidem sobre o corpo, ampliando o achatamento sobre determinado grupo (favelados, moradores da zona sul, moradores da zona norte).

Com isso, conseguimos propor um modelo que permita tratar das disposições objetivas e introjetadas da exclusão, pensado os limites como formas mentais e formas socioespaciais reificadas. A fronteira urbana trata-se de uma relação socioespacial, e não de um dado geográfico ou estatístico diagnosticável, embora seja possível, dada a fragmentação e a desigualdade socioespacial de nossas cidades, desenhar linhas que dividam classes sociais em suas mais diversas frações. O diagrama apresentado abaixo sintetiza as relações até então feitas.

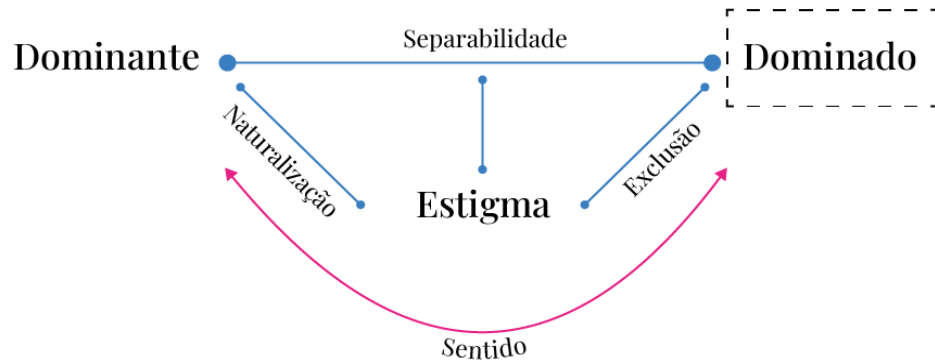


Fig.01a Diagrama Síntese do Conceito

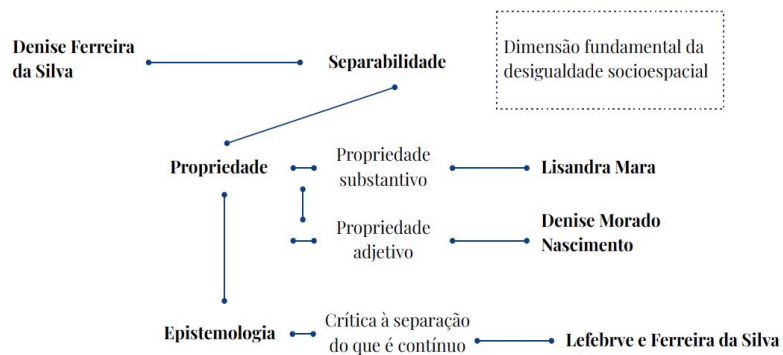


Fig.01b Diagrama Síntese da Articulação Teórica

03. Os usos do termo “fronteira”

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultado de leis cósmicas ou manifestações de vontade divina. A reificação implica que o homem, é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e, mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo homem como uma facticidade estranha, um opus alienum sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o opus proprium de sua mesma atividade produtora. (BERGER & LUCKMANN, 2010. pp. 118- 119)

Quando havia um muro entre as Alemanhas, ele plasmava a mentalidade, ia ficando dentro da cabeça das pessoas. Essas narrativas de fronteiras que não se movem, na verdade, são

implantadas dentro das nossas mentalidades, na cabeça, no coração. O trabalho pedagógico de mostrar como as fronteiras são fluidas é a melhor coisa que podemos provocar. (AILTON KRENAK, em entrevista concedida em março de 2018)

Ao tratar a fronteira como uma relação de poder desloco, como dito, o foco de análise das representações espaciais para o corpo e sua inscrição em sistemas de separabilidade no meio socioespacial. Entretanto, o uso do termo *fronteira* nas ciências sociais não é novidade. Apresentamos um breve levantamento do uso do conceito de fronteira nos estudos direcionados ao espaço e à distinção de grupos socioespaciais. Nessa retomada crítica, apontamos as diferenças e aproximações entre nossa visão e as dos demais autores considerados e, com isso, pretende-se reafirmar os direcionamentos mais originais e aqueles que possuem influências diretas das propostas anteriores.

Ao se tratar da fronteira, bem como ao se tratar de qualquer outra temática de cunho social, é necessário adotar o conselho de Berger & Luckman (2010), retomados por Targioni (2020), para quem todo pesquisador

precisa inicialmente compreender que os termos que ele usa para seu trabalho são conceitos criados socialmente, que devem ser de-reificados, para evitar a alerta que nos fazem Berger e Luckmann sobre os perigos da reificação, principalmente em se tratando de análise social. (TARGIONI, 2020. p. 42)

Targioni (2020, p. 42), a partir de um olhar sociológico, insere o termo *fronteira* dentro do campo da linguagem e, a partir disso, entende seu uso como a cristalização de uma lógica de dominação, portadora de dinâmicas singulares de produção, negociação e reprodução. A fronteira, nessa argumentação, pode ser entendida como uma ficção, no sentido etimológico da palavra - algo que não existe e foi inventado. A partir do que foi discutido, ao final, buscamos sintetizar as informações trabalhadas em direção a uma abordagem que torne possível algum direcionamento conceitual à seguinte pergunta: o que são as fronteiras na cidade?

O alemão Georg Simmel foi o primeiro a tratar diretamente a questão da fronteira nas ciências sociais. Targioni (2020, p. 43-48) retoma sua obra *Sociologia*, de 1908, em especial o capítulo específico onde o termo é trabalhado, intitulado *do espaço e (d) os ordenamentos espaciais da sociedade*. Um dos aspectos fundamentais da fronteira, para Simmel, é a condição de configurar-se e reconfigurar-se em suas formas. O espaço atualizado pelas práticas sociais, nesse sentido, se decompõe em partes que se apresentam como unidades e, nesse esquema, rodeiam-se por fronteiras. Targioni esclarece a

proposta de Simmel:

Simmel relata que a base da associação em sociedade é dada pelo fato que os indivíduos que a produzem por meio da interação (e produzem estas formas no espaço), não são eles mesmo definidos por esta interação: “a maneira de estarem associados é determinada e codeterminada pela maneira de não estarem associados (TARGIONI, 2020. p. 44)

No momento em que percebemos as formas no espaço como todas limitadas por fronteiras permanentemente negociadas, podemos entender o espaço como um lugar de perene conflito e de continua construção de novas fronteiras. A partir desse ponto, Desideri *apud* Targioni (1993) afirma que, na sociologia do autor alemão, a fronteira é o lugar do conflito, em todas as configurações que o termo assume. Pode-se tomar essas explicações na direção de uma associação entre sociabilização e espaço: na sociologia das formas de Simmel, o espaço é um lugar de conflito insistente, de contínua revisão das fronteiras consolidadas e de consolidação de novas fronteiras. Nesse sentido, a fronteira não é entendida como um fato espacial, mas como *um fato social formado espacialmente*, forma analítica que objetiva a construção de um discurso que fornece sentido sobre o mundo. Simplificando, as fronteiras, nesse caso, organizam territorialmente as práticas sociais.

A antropologia fornece importantes argumentos para se definir a ideia de fronteira. Contemporâneo de Simmel, Arnold van Gennep (1909 [2015]), por exemplo, em *Ritos de passagem*, trata diretamente das fronteiras e marcos espaciais inserindo-os em estruturas socio simbólicas e em rituais culturais de alguns grupos. Importante enfatizar que, de sua produção intelectual, Gennep fala da Alemanha do começo do século XX.

Gennep busca caracterizar o elemento formal mágico-religioso que define os limites que articulam proibição/permissão, dentro/fora, sagrado/profano. Para o antropólogo, sobre as marcas e acidentes geofísicos de um determinado contexto material, pode-se perceber, conforme a sociedade que se analisa, a construção de um limite, por onde se prevalecem direitos e prerrogativas dos agentes que o habitam. A eficácia desses limites, segundo sua argumentação, acompanha a consolidação de ritos de consagração, que podem ser desde celebrações rotineiras até a instalação ou deslocamento de objetos sobre a superfície. A efetivação social desses limites define não só aqueles que o pertencem, mas também o estrangeiro. As porções de terra que se mantêm fora dessa normativa simbólica desempenham um papel de zona neutra, abrigando atividades próprias. Na Grécia antiga, por exemplo, essas zonas abrigavam o mercado ou a guerra. A noção de margem (Gennep, 1909 [2015] p. 40) é cunhada pelo autor como uma situação em

que uma pessoa, pertencente a um limite definido, ultrapassa-o, e na zona neutra, flutua entre seu mundo e os demais existentes. Em suas palavras:

(...) esta margem, simultaneamente ideal e material, encontra-se mais ou menos pronunciada, em todas as cerimônias que acompanham a passagem de uma situação mágico-religiosa ou social para outra. (GENNEP, 1909 [2015]. p. 45).

Se a construção desses limites ocorre de forma simbólica, a interpretação que Gennep propõe para aqueles que os ultrapassam também é embasada nessa mesma ordem. O rito de passagem, que consiste em atravessar um objeto modificado pelo trabalho humano, assentado com o objetivo de delimitar uma fronteira, consiste na passagem de um mundo anterior para um mundo posterior. Esses procedimentos aplicam-se também a um país, uma aldeia, uma cidade e um quarteirão, sendo que a zona neutra se modifica de uma escala para outra, podendo ser uma floresta ou um pântano no caso de algumas tribos primitivas ou uma pedra, viga ou soleira (GENNEP, 1909 [2015]. p. 48). Se tomarmos diretamente esse raciocínio, podemos entender a fragmentação do espaço urbano brasileiro (seus condomínios, bairros nobres, bairros populares, ocupações e periferias) a partir da construção de diversos limites simbólicos, capazes de esconder mundos (lógicas de práticas sociais diferentes entre si) que, usualmente, são considerados como intransponíveis (o medo de acessar determinada favela, por parte de um morador de área nobre, pode servir de exemplo). Nesses casos,

O pórtico-tabu-de passagem torna-se neste caso a poterna das muralhas, a porta dos muros de bairro, a porta da casa. (GENNEP, 1909 [2015]. p. 48).

As propostas de Gennep associam à ideia de fronteira os processos simbólicos de organização dos lugares por determinadas sociedades. Se o interesse desse antropólogo passa pela análise de sociedades por ele enquadradas como primitivas ou semicivilizadas, podemos encontrar em grupos socioespaciais urbanos modelos de organização onde também se mostram férteis as noções de fronteira e de passagem. Para Magnani (1992), ao explorar as relações entre determinada prática coletiva e seus padrões de implantação espacial, as categorias de pedaço, mancha, trajeto e pórtico permitiram ler processos de diferenciação e limites simbólicos que se reafirmavam em cada estrangeiro que, por ventura, ultrapassassem determinados limites. É interessante notar como as categorias trabalhadas pelo antropólogo brasileiro guardam algumas das estruturas mágicas elaboradas por Gennep.

Outro antropólogo que oferece subsídios para pensar a noção de fronteira trata-se do norueguês Fredrik Barth. Conforme atesta Targioni (2020, pp. 49-53) os resultados de sua

investigação sobre a identidade e etnicidade, agrupados em coletânea de 1969, romperam com os paradigmas estabelecidos sobre fronteira e grupos étnicos. As pesquisas por ele desenvolvidas centraram-se em grupos que vivem no Oriente Médio, no Paquistão, no Sudão, no Bali e em Nova Guiné. Em estudo ao norte do Paquistão, em região chamada Swat, Barth analisou a distribuição territorial das etnias Pathans, Kohistanis e Gujars e, conforme Tagioni (2020), o autor reinterpreta a noção de fronteira a partir das superposições e permeabilidades identificadas nos processos de constituição identitária de cada um desses grupos. Em suma, a fronteira assume, a partir de suas observações, o caráter de filtro, a partir do qual, em situações específicas e por lógicas específicas, abriga um determinado contingente populacional e atribui, para aquelas condições, a identidade do grupo. Assim, para Targioni:

Ou seja, os grupos étnicos se relacionam entre si de várias maneiras diferentes, desde a cooperação até a simbiose, podendo passar também pela coresidência, dependendo apenas das suas necessidades e das possibilidades oferecidas. (...) Estas fronteiras direcionam a vida social de determinado grupo em contraposição a outro e, mesmo que as práticas culturais não sejam tão fortes a tal ponto de determinar as diferenças entre etnias, de qualquer forma elas ajudam na construção de uma identidade específica em relação (muitas vezes em contraposição) a outra. (TARGIONI, 2020, p. 51-53)

O que se destaca desses estudos é o limite que, por inscrever o grupo que o produz, também aponta o que está fora. A fronteira é a base sobre a qual as estruturas de identidade são elaboradas.

Já na teoria social de Pierre Bourdieu, fragmentos de seus textos tratam dos limites dos lugares geográficos e oferecem bases para se criticar a ideia de fronteira como um dado objetivo. Bourdieu retoma, através de Maurice Le Lannou, a justaposição entre os interesses da economia e da geografia na ideia de região, sobretudo quando da inserção de termos e conceitos que remetem aos limites de um dado ordenamento territorial nas esferas da administração e nas formas jurídicas. A geografia, nesse contexto, assume uma posição modesta, onde se vale de artifícios descritivos para elaborar as fronteiras de demarcação e separação da região. Na economia, por sua vez, a região é tributária de outra lógica: o escoamento de mercadorias e os fluxos são privilegiados e, por isso, acentua-se a interdependência entre as regiões. A região, nesse sentido, é lida como um *objeto da ciência*, em torno do qual mobilizam-se os campos científicos pelo *monopólio da divisão legítima* (até onde tal região existe). Noutras palavras, Bourdieu nos diz que a legitimidade de definição das divisões espaciais são objeto de interesse e, por isso, de

disputa, entre disciplinas científicas distintas. Cumpre notar que Bourdieu escreve do final da década de 80, quando a geografia começa a reivindicar, através de autores como Soja (1993), Harvey (1993) e Santos (2006) o papel central do espaço na organização das relações sociais na teoria marxista e, através desses esforços, também começa a diluir os *limites do espaço científico*, que historicamente reservava à geografia um papel descritivo na análise da realidade.

Bourdieu elabora uma crítica sistêmica à noção de região da qual podemos pegar emprestado sua reflexão para evitarmos vícios próprios da reprodução acrítica de assertivas intelectuais sobre o tema. Para o autor, a estrutura de divisão científica é refém de uma confusão que se origina da *substituição dos princípios práticos do juízo cotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados pela ciência* (BOURDIEU, 2013, p.112). Ao justificar a legitimidade das divisões do território pelos métodos historicamente consolidados de cada disciplina, o cientista reproduz, na realidade, os critérios relativamente autônomos de organização de seu objeto de pesquisa. Ou seja, através da máxima *classificações práticas estão sempre subordinadas às funções práticas e orientadas para a produção de feitos sociais* (BOURDIEU, 2013, p. 112), Bourdieu está nos dizendo que a construção de divisões que buscam representar determinado contexto pode contribuir para produzir, na realidade objetiva da qual bebe, aquilo por ela descrito. Ao criar uma separação, produz-se a realidade dessa separação.

Por outro lado, em 1993, Bourdieu publica uma coletânea de textos intitulada *A miséria do mundo* onde se encontra um ensaio com o título de *Efeitos de lugar* (p. 159-166), particularmente importante para a proposta desse trabalho. O sociólogo propõe uma leitura que investiga os efeitos das dinâmicas de distinção social no lugar onde essas dinâmicas estão assentadas. Há, para isso, uma primeira diferenciação fundamental – a separação entre as estruturas social e física. Lugar para o autor trata-se de um ponto no espaço físico, que pode ser definido por onde um agente ou uma coisa encontra-se situado, *tem lugar; existe* (ibdem. p. 160), nesse aspecto, como localização; ou como gradação em uma ordem material, nesse aspecto, como posição. O espaço social, por sua vez é definido a partir dos agentes que o fazem e vice-versa: os agentes sociais são constituídos como tais pela relação com um espaço social. As coisas passam a compor essa dialética social (agente/espaço social) na medida em que são apropriadas (na medida em que se tornam propriedades) – como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com outros lugares. O que se toma dessa argumentação é sintetizado da seguinte forma:

Espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justa-

posição de posições sociais. (BOURDIEU, 2008, p. 160)

A incorporação da terra nesse jogo de valoração da materialidade do mundo, bem como dos diversos lugares da cidade, torna o espaço material socialmente reificado – nas palavras do autor, o espaço apropriado trata-se do *espaço social reificado*. A lógica de distinção do espaço social se manifesta nos contextos práticos através de formas de oposição espacial, funcionando como uma espécie de *simbolização espontânea do espaço social*. Fruto da hierarquia resultante da lógica de exclusão das relações sociais, não há espaço que escape à lógica de hierarquização concomitante. O espaço social reificado, portanto, trata-se do uso que fazemos do território em seu sentido mais ampliado: a simbiose entre as relações sociais e suas formas de disputa, de ordenamento, de reconhecimento e distinção junto da materialidade que as suporta. Nesse sentido, Bourdieu usa o termo efeito de naturalização para explicar a incorporação, nas subjetividades, da organização das disposições mais insistentes do espaço sociais reificado.

A persistência das desigualdades sociais na estrutura material do mundo é um dos motivos de sua naturalização, uma vez que a exclusão produzida historicamente pode parecer surgir da natureza das coisas. A ideia de fronteira natural trazida por Bourdieu como exemplo é um tanto ilustrativo para o nosso estudo. Não há fronteira que seja diretamente importada da ordem natural do mundo. Mais uma vez, a noção de fronteira é uma construção direta das relações sociais e seus dispositivos de organização da realidade. Da mesma forma se fala em luta pela legitimidade de definição das fronteiras, pode-se falar em luta pela apropriação do espaço. Esse ponto será desenvolvido mais à frente nesse trabalho, mas por ora, cabe nos reter na ideia de que no uso do espaço, a aproximação de agentes socialmente distantes usualmente se traduz em práticas de exclusão, vivenciadas seja sobre a forma de *promiscuidade* (como propõe Bourdieu (2008, p. 165) seja sobre a forma de angústia (como ilustra Carolina Maria de Jesus), mediadas pela forma propriedade.

Todos esses estudos oferecem bases para pensarmos a dimensão simbólica da exclusão: a introjeção dos limites socialmente construídos nos agentes e, em consequência, na sua forma de atuar no mundo. Por outro lado, é tradição nos estudos urbanos, a utilização do termo fronteira como uma forma de representação que denuncia a desigualdade econômica e a perversidade da expansão do território utilizado no regime capitalista. Neil Smith (2007), desenvolve o conceito de fronteira urbana a partir da inversão entre processo histórico de domesticação do ambiente natural pela ocupação colonial nos Estados Unidos e a paisagem observada nas grandes cidades do século XX, sobretudo pela difusão da violência (SMITH, 2007, p. 16). Se a fronteira expressa a linha de encontro entre a barbárie (porção não colonizada do território) e a civilização, a antiga

polarização entre o mundo selvagem e o mundo civilizado é rearranjada a partir dos recortes geográficos da periferia e do centro, reunidos sobre o vetor da gentrificação – processo de reconquista das áreas centrais marginalizadas e sua reestruturação para abrigar novos agentes e funções dentro das cidades urbanas. Ou seja, enquanto no primeiro momento da história colonial norte-americana a expansão da fronteira tinha origem na expansão econômica, onde a construção de linhas ferroviárias e a especulação com o parcelamento clandestino de terras inseriam na lógica econômica em vigor novas arenas geográficas, no segundo momento as fronteiras operam através da diferenciação interna do território das cidades, definindo áreas de pobreza e violência, e áreas com maior concentração de forças produtivas e maior consumo, fartas de mecanismos de vigilância e coerção .

Nesse sentido, para Smith, a linha de fronteira nas cidades urbanas do final do século XX assumem uma definição essencialmente econômica. O termo utilizado, nesse caso, é *fronteira da lucratividade*. Em sua pesquisa, um descompasso entre o potencial de rentabilidade dessa forma mercadoria e sua potencialidade de lucro – conjuntura denominada como *rent gap* – indicaria os vetores de avanço do capital imobiliário sobre determinadas áreas das cidades. Em suas palavras:

O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído. A cidade dos pedestres, afirma-se, não é a cidade do automóvel, mas de forma ainda mais significativa, talvez, a cidade do pequeno artesanato não é a metrópole do capital multinacional. (SMITH, 2007, p. 17)

Embora a reestruturação econômica seja o principal vetor na reorganização do território utilizado das cidades urbanas, é interessante acrescentar à proposta de Smith que a lógica de diferenciação e de separabilidade nelas assentadas obedece não somente à condição de classe e seus arranjos produtivos, mas também à posição ocupada por determinado agente em uma classe social e suas condições objetivas de circulação e apropriação dos lugares (BOURDIEU, 2015).

Nesse aspecto, Targioni retoma Bauman (2005) em suas reflexões sobre as fronteiras urbanas na obra *Confiança e medo na cidade*. No sociólogo, as fronteiras são observa-

das a partir da convivência na cidade e gerenciam uma relação de igualdade e diferença. Entendida como o maior laboratório de convivência humana (TARGIONI, 2020, p 64), a metrópole sustenta formas de sociabilização em que os fluxos e a transformação (tanto de sua paisagem quanto daqueles que nela vivem) aproxima convivência e diferença de maneira aguda. Bauman retoma Fredrik Barth em suas observações sobre a fronteira e, se valendo do autor, afirma que a busca pelas diferenças no convívio das metrópoles são justamente um dos fatores de legitimação das fronteiras que percorrem as cidades urbanas. *É devido à construção das fronteiras e divisões que se percebe um certo perigo e tem-se medo de certas coisas e pessoas* (idem, p.65). Assim, para Bauman as fronteiras criam diferenças fundamentadas, que têm relevância na organização das relações sociais cotidianas. O funcionamento de um shopping center, por exemplo, faz construir crivos de acesso, impedindo determinados agentes de ultrapassar suas portas e de frequentar seu espaço.

Neste ponto podemos entender a elaboração de uma estética da exclusão em zonas onde a aproximação entre grupos sociais distintos é contínua e encorpa narrativas de medo e violência: a categorização do Outro como obstáculo à experiência da cidade justifica a construção de muros, cercas, grades e outros dispositivos de exclusão. Caldeira (2003, p. 211) afirma que *as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e separação*. Estudando São Paulo, do começo do século XXI, a autora critica a clássica oposição entre *centro-rico e periferia-pobre*, apontando para novas lógicas de produção do padrão de segregação. As causas estruturais dessas mudanças, em sua pesquisa, abarcam as transformações econômicas da população e a estruturação de bairros periféricos, os tornando caros para uma nova camada de trabalhadores que surgiu nos anos 90, expulsando-os para cortiços e favelas em áreas centrais abandonadas. Junto disso, a alteração da vocação de uso e ocupação do solo, induzida pela mudança no regime produtivo da cidade, evacuaram galpões industriais e pressionaram determinadas áreas para a construção de centros comerciais de alto padrão. O advento do crime nas cidades forneceu uma nova gramática para a organização territorial, que culminou num modelo de vida onde a separabilidade e seus mecanismos materiais é a norma principal. Se os condomínios fechados são o exemplo mais dramático dessa lógica, o enclausuramento de moradias - casas unifamiliares horizontalizadas ou edifícios multifamiliares verticalizados - também é efeito do mesmo fenômeno.

Outra contribuição de Caldeira (2003, p. 293) é demonstrar que as origens dessa lógica de separação conectam-se à linguagem dos agentes que a produz. A narrativa de moradores antigos da Mooca, bairro paulistano com histórico industrial que sofreu nas últimas décadas do século XX a desvalorização imobiliária e a replicação dos cortiços, cartografam uma cidade organizada por limites que definem de onde vem a violência,

o medo, e a causa das mazelas urbanas que sofrem ou que escutam falar. As transformações de ordem político-econômicas mais estruturantes, como aquelas apresentadas anteriormente, são sempre lidas a partir de um trauma vivido, como um assalto, que fornece um ponto a partir do qual cada representação da cidade é dividida entre o antes estável e o depois caótico e enclausurado. Em nossa interpretação das contribuições de Caldeira, a introjeção da segregação como gramática de organização da realidade, faz com que as fronteiras que nascem como externas (por exemplo a diferenciação entre um bairro e outro, ou entre os limites de uma propriedade) se tornem internas, *estando assim em todo lugar e em nenhum lugar* (TARGIONI, 2020, p. 73).

Com tudo isso, podemos pensar que as fronteiras se expandem e também organiza a paisagem, adotando mecanismos e ferramentas arquitetônicas, urbanas e jurídicas que afirmam a realidade socialmente criada da separabilidade. Tratam-se de dispositivos acionados pela lógica de produção do território utilizado para garantir uma constante atualização da relação de exclusão socialmente construída e estabilizada. Muros, cercas, muralhas, ruas, avenidas, rodovias, limites jurídicos e por vezes diagnósticos recriam a realidade socialmente inventada da exclusão, tornando materialmente visíveis os processos de separabilidade e dando cara às fronteiras urbanas.



04. Do limite pessoal ao limite espacial:
notas metodológicas sobre a pesquisa.

Uma parte das inércias da estrutura do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderiam ser modificadas senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suporiam transformações sociais extremamente difíceis e custosas. (BOURDIEU 2008, p.161).

A especulação imobiliária se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas: criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. (SANTOS 2018, p. 106).

Há seres verdadeiros que não precisam fazer uma imagem do que não realizaram, do que não são, do resto, de tudo, para serem verdadeiros. (...) Eles são verdadeiros por uma primeira e verdadeira adequação à sua alma — não por recuo, retração ou posse, mas pelo contato e pelo sentimento das necessidades reais do ser e dos chamados do real [que emergem] a partir daí. (LEFEBVRE, 1926, p 24-25).

(...) em que condições poderiam ser ouvidos e considerados em sua humanidade e enquanto agentes dignos de fala, as mulheres e homens negros/os “silenciados” e “invisibilizados” na história que se produziu para a Belo Horizonte? (PEREIRA, 2019, p. 26)

Um dos problemas que se colocam numa pesquisa que se propõe a entender o mundo social é, sem dúvida o recorte analítico e sua interação com a totalidade que o cerca. Essa questão evoca um longo e difícil debate, central nas grandes obras filosóficas ocidentais e que exige cuidados os quais não podemos nos dispor aqui. Apoiados nos argumentos incisivos de Lefebvre contra uma dialética idealista, vamos nos reter à tarefa (não menos simples) de evitar movimentos analíticos com *juízos precoces, que fixam um lugar ou uma essência e lá mantêm os entes* (LEFEBVRE, 1929, p. 25). Para tanto, o conselho é simples: acatar os problemas não como fissuras conceituais, *mas como dificuldades vivas, fossos a serem atravessados para continuar a marcha* (LEFEBVRE, 1929, p. 29).

Nosso recorte é pautado pelo esforço de apreender as relações mais concretas que se brotam do meio socioespacial estudado. Assim, acreditamos, não é possível realizar um recorte seco, destacando um ou outro elemento, cujo efeito de separação física era mais impactante ao nosso olhar (como o eixo dos viadutos, ou as áreas que se isolavam por efeito de uma grande diferença de morfologia urbana, como o IAPI, por exemplo). Antes disso, é necessário compreender que através de cada um desses elementos que se destacam, exerce-se a eficácia de separação de todos os outros: o que é palpável não é um fator destacado, mas sim a maneira pela qual esse fator incorpora as demais características do conjunto. Uma imagem possível de se fazer sobre essa proposta é a de uma rede de pesca e seus nós: podemos pensar em cada propriedade de um determinado contexto socioespacial como um dos fios dessa rede, e seus nós – ou seja, a costura que dá estabilidade ao conjunto e o define - como a forma pela qual as propriedades entrelaçam-se umas com as outras, conformando as singularidades desse mesmo contexto.

Em um limite urbano, esses nós dos quais se entrelaçam um determinado conjunto de características se apresentaram à nossa pesquisa através de duas principais vias de expressão: I) a paisagem e sua história (a evolução das intervenções humanas e o envelhecimento de seu sistema físico) e II) a história dos papéis desempenhados por esse limite no sistema urbano em questão. Sem dúvida, a construção dessas linhas são tarefas difíceis e de grande fôlego, sobretudo por conta dos diversos fatores envolvidos no processo de urbanização da RMBH. Apoiar-se em esquemas já desenvolvidos acerca do fenômeno da urbanização e em estudos relacionados podem aliviar um pouco o desgaste da pesquisa, convergindo as buscas para o interesse acima descrito.

Essa estratégia guarda um risco interno: o de tomar como verdade as convergências e similaridades entre os estudos, que, bem ou mal, podem ser resultado de vieses metodológicos que traem a articulação já desenvolvida nesse trabalho (no caso em questão, as análises marxistas sobre a urbanização de Belo Horizonte são fartas, a convergência das conclusões e os caminhos escolhidos também são coincidentes muitas vezes, o que pode levar essa pesquisa a um ecletismo metodológico não desejado). Entretanto, os resultados desse levantamento bibliográfico são efetivos para nossa discussão a partir do momento em que não é possível negar a influência de primeira ordem do fator econômico e da evolução do sistema produtivo capitalista na urbanização brasileira (SANTOS, 2017). Se não foi possível realizar uma articulação mais precisa com o marxismo e sua tradição na hegemonia dos estudos urbanos brasileiros, assumimos aqui que a capacidade desses estudos em iluminar as variáveis econômicas e demográficas implicadas no fenômeno urbano brasileiro foi bastante útil para nossa discussão.

A pesquisa é o que costura o processo contínuo de transformação da experiência de

campo e da vivência num modelo textual particular. A direção desse “costurar” tanto é balizada pela pergunta de pesquisa como também a transforma - é o processo contínuo de abstração e reflexão. Por esse motivo, existem inúmeras formas de se colocar diante de uma pergunta de pesquisa. Nesse caso específico, é necessário explicitar alguns condicionantes a partir dos quais foram tomadas importantes decisões. Esta passagem pretende esclarecer as estratégias adotadas durante a confecção deste trabalho.

Nosso levantamento histórico permitiu destacar elementos com maior carga de ruptura para o contexto do bairro. Assim, direcionamos a leitura do lugar ao interesse próprio desse trabalho: a coleta de narrativas que permitam entender a lógica de separabilidade a partir da dinâmica cotidiana dos contextos de maior ruptura, a saber: (I) O IAPI, (II) o eixo da Avenida Antônio Carlos e os baixios de seus viadutos, (III) a Pedreira Prado Lopes. Em cada um desses momentos, a metodologia foi desenhada em função das premissas teóricas adotadas e dos problemas que se apresentaram ao desenvolvimento do campo. Ora lançamos mão da análise de dados primários, ora da análise de dados secundários, ora da produção e análise de dados empíricos. Na apresentação de cada momento, o resultado almejado é a exposição gradativa, tão próxima quanto possível, da forma como as questões e as saídas construídas apareceram nessa costura. Por isso, é igualmente importante apontar os incômodos pelos quais o tema foi construído: dentro da mutabilidade dos fatores e da ordem que compõem a pesquisa, a constante, ao que parece, é a relação que o pesquisador mantém com o que o mobiliza.

Não se trata da defesa de uma certa substância metafísica que suponho existir dentro desse processo de costura entre a experiência e a reflexão. Inversamente, busco admitir que o desdobrar dessa pesquisa é a atualização de uma possibilidade – uma escolha alavancada pelo embate entre a posição de pesquisador e a virtualidade restrita que a contingência oferece a uma determinada posição social. Esse confronto constitui-se como uma bússola no interior da pesquisa.

Nesse capítulo, foram levantados dados duros e notas bibliográficas sobre a historiografia e a urbanização de Belo Horizonte, além de serem realizadas entrevistas e confeccionado um pequeno caderno de campo, a fim de entender os diferentes papéis assumidos pelo contexto em estudo nas etapas do crescimento da capital. Esses dados permitem inserir as transformações da paisagem do lugar estudado como respostas à interação entre: a) as condições locais de instalação e construção da nova capital; b) dinâmica econômica e intensa urbanização brasileira ao longo do século XX; e c) aos efeitos simbólicos e o projeto político de modernização da sociedade assumido em escala municipal, estadual e nacional.

Acatamos alguns dos conselhos metodológicos de Milton Santos sugeridos na cole-

tânea *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*, sobretudo aqueles que buscam relacionar as variáveis demográficas locais, a dinâmica econômica regional e nacional e o crescimento urbano. Em nossa análise, o boom demográfico experimentado por Belo Horizonte foi drasticamente condicionado pelo plano inicial de construção, gerando um espraiamento da mancha urbana nas bordas da Avenida do Contorno. Diversas pesquisas (MONTE-MÓR, 1984; PEREIRA, 2018; AGUIAR, 2006) demonstram que o projeto de modernização da economia e a consequente espacialização divisão do trabalho no meio urbano de Belo Horizonte (MENDONÇA & MARINHO, 2015) balizou seu crescimento a oeste e a norte.

Esse perfil de crescimento alterou de forma constante e drástica a morfologia urbana nas áreas lindeiras ao centro, dentre as quais a Lagoinha e suas imediações são, sem dúvida as que explicitam melhor as transformações. As diferentes etapas de crescimento econômico sustentaram ciclos de acumulação capitalistas diversos: desde a construção da metrópole com vistas a reinserir Minas Gerais no circuito econômico nacional (AGUIAR, 2006), passando pelo projeto desenvolvimentista, sustentado por uma rápida industrialização e expansão da estrutura viária (MENDONÇA & MARINHO, 2015) até as modernas estratégias de associativismo que remodelaram o Vetor Norte de Belo Horizonte (FREITAS, 2016). As estratégias de remodelagem do espaço urbano acionadas pelo poder público e pela iniciativa privada para acolher os novos circuitos de produção e acumulação contribuíram, no recorte analisado, para o fortalecimento das fronteiras urbanas, potencializando estigmas em agentes, grupos e seus territórios, inscritos em lugares de pouca capacidade de articulação e baixa qualidade espacial.

Nas dinâmicas de desvalorização e revalorização do solo urbano, grupos socialmente distantes são geograficamente aproximados. Em um dos efeitos desses fluxos de valor e de pessoas (movimento inerente à urbanização capitalista) são tensionados, na dimensão da experiência, a subjetivação da posição social e suas estruturas simbólicas individuais de significação de seu espaço e história de um agente. Noutras palavras, o agente é convidado a rever ou desenvolver estratégias de conservação de sua história de vida frente aos novos e antigos agentes que se apresentam no cotidiano e frente às próprias transformações do espaço urbano (ruínas, novas edificações, vazios, etc.).

Adotando esse caminho, estaríamos nos inserindo em uma linha de estudos muito extensa, que aparelha a construção da subjetividade e os processos de sociabilização. Entretanto, os esforços de Bourdieu (2011), ainda que datados e situados, nos permitem vislumbrar formas mais gerais de articulação entre essas dimensões e sua inscrição no espaço. A título de hipótese, a análise dos dados levantados para esse estudo parece indicar que aqueles que alcançam um lugar de moradia cuja localização concretize uma

posição de distinção social (e com isso demarcam uma distância social em relação à sua vizinhança), buscam, ao longo de sua história, atualizar essa distância social em relação à vizinhança por meio de um discurso que solidifica estigmas. Esse movimento tem como desdobramento a preservação da posição social subjetivada pelo agente que se separa do restante. Trata-se, de outro modo, de uma defesa da identidade subjetiva a partir da inscrição de outros agentes no campo da alteridade. Essa postura pode se converter em uma maior capacidade política para decisão, quando essa separação ganha contornos coletivos (conforme foi observado a partir de falas de um entrevistado do IAPI) ou em um isolamento mais drástico das dinâmicas de sociabilização. Nos dois exemplos, as fronteiras desenhadas articulam um ganho subjetivo (o da preservação da lógica de distinção pelo agente ou grupo), uma perda na esfera social, que se segmenta e de uma inclinação pela reinvidicação dessa fragmentação no espaço.

Trata-se, portanto, um embrião da política: a separação busca se impor ao meio socioespacial, atualizando as disposições sociais subjetivadas por parte de um agente ou partilhadas por uma coletividade que, por razões históricas, possui capacidade de inseri-las como afirmações em um meio *comum*. A violência desse processo pode ser observada por uma negatividade necessária na exclusão: a invisibilidade do excluído. Em nosso campo, buscamos apalpar essa dimensão a partir do acolhimento de narrativas sobre os moradores de rua que se situam na região. Foram realizadas três incursões no campo. Na primeira, realizada no dia 20 de abril de 2022, nenhuma das pessoas abordadas quis ser entrevistada. Na segunda, realizada dia 27 de abril, foram realizadas duas entrevistas e na terceira, uma entrevista gravada e uma não gravada. A realização das entrevistas com a população em situação de rua guardava diferenças diametrais em relação àquelas realizadas com pessoas residentes em casas. A maior delas residia nas condições de realização das entrevistas, sempre permeadas por uma ou outra tarefa mais urgente desempenhada pelo entrevistado. A ineficiência do modelo de abordagem para esses casos também não pode ser ignorada. Entretanto, ao aproximar as narrativas acolhidas, entendemos que preservar um mesmo modelo de entrevista permite observar a surgimento de singularidades em cada caso. Nesse sentido, as recusas e as entrevistas mais breves são também um dado analítico que denunciam a eficácia dos esquemas de invisibilização das fronteiras.

Nas páginas anteriores, propus que a fronteira se trata de uma relação de poder que abriga a exclusão em sua forma mais fundamental: a separabilidade entre os corpos. Da separação construída pela exclusão precipita-se uma forma de sociabilidade que torna estável as posições de dominante e dominado inscritas pela exclusão: o estigma. O estigma dota de sentido as linhas de separabilidade, os agentes que as ocupam e a subjugação. A concretude dessa forma social (o estigma) bebe das estruturas socioespaciais

existentes: o espaço é incorporado ao jogo de exclusão e, da mesma forma que os corpos excluídos, também é entendido a partir dos estigmas dos grupos que o produzem. Não seria difícil admitir, a título de um pressuposto, que a introjeção dessas posições simultaneamente sociais e espaciais, é um mecanismo que baliza o cotidiano de lugares, a partir de sua forma simbólica – forma de esquemas de leitura ou interpretação de cenas cotidianas que constroem, em cada agente, a identidade do lugar frequentado. Dessa forma retomei uma proposta de Bourdieu, adaptando-a para a lógica da separabilidade aqui investigada: esse processo de separação, em suma, consiste nas relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 2007).

A eficácia da exclusão está justamente na confecção de categoriais dicotômicas, próprias de qualquer sistema fronteiro, que permitam a inscrição de corpos e lugares nas posições passíveis de serem reconhecidas como excluídas (ou invisíveis). Em suma, sua eficácia consiste no achatamento das diferenças de um mesmo grupo socioespacial, a partir de sua alocação numa posição subjugada.

Um ponto a ser destacado é o papel de outras formas sociais nessa relação de poder. No nosso trabalho, entendemos a propriedade como uma forma social que media a separabilidade dos corpos. É preciso admitir também que os usos da propriedade e suas dimensões carecem de uma reflexão mais extensa, muito embora, em nosso trato, tenha sido suficiente, acredito, demonstrar seu papel na articulação da exclusão e da separabilidade, atualizando a fronteira mesmo em situações onde os corpos excluídos e excludores não estejam presentes: trata-se de uma estrutura depositada no meio socioespacial, pronta a atualizar a separabilidade na presença do corpo excluído.

Todos esses deslocamentos permitiram enxergar um lugar onde a consistência conceitual do nosso pensamento pudesse ser testada de maneira direta: a região da Lagoinha, área limítrofe ao centro belorizontino, historicamente segmentada pelas intervenções urbanas e reformulada pela política viária da capital. Buscamos destacar os lugares em que as cisões do tecido urbano se mostraram mais drásticas e onde pudemos identificar alterações sociais mais explícitas, desenvolvidas a partir do tráfico de drogas ou do crescimento de grupos estigmatizados na região.

Morado Nascimento et. al. (2019) alertam para os limites das categorias de análise próprias do campo do planejamento urbano. Para os autores, os discursos científico e institucional de elaboração de políticas públicas de intervenção e reestruturação dos territórios são construídos a partir do modelo de análise problema-diagnóstico-solução, reproduzindo números, indicadores e índices, em tese, objetivamente registrados (MO-

RADO NASCIMENTO et. al. 2019, p. 21). A construção desse modelo de entendimento da realidade conforma determinado jogo de linguagem, próprio da lógica técnica¹, que se afasta do que está cotidianamente presente em um dado território: trata-se de uma forma de encriptação da linguagem.

Para nossa pesquisa, apoiar-se na reprodução dos indicadores índices mais usuais ao campo do planejamento urbano representa assumir as fronteiras urbanas como mera representação da diferença entre índices tecnicamente construídos. Como já assinalado na introdução, mesmo que, em um contexto social com desigualdades sociais tão drásticas como o contexto brasileiro, os atributos de renda, acesso à esgoto, alfabetização, etc., formalizem uma cartografia de uma explícita diferença no meio espacial, nos perderíamos dos objetivos iniciais de analisar a exclusão e a desigualdade a partir de seu elemento fundamental: o corpo.

Nossa exposição começa por uma breve introdução ao papel assumido pela área em estudo ao longo da urbanização de Belo Horizonte. Após, analisamos o primeiro momento, apresentando o IAPI a partir de uma retomada de sua história, a partir de suas características como objeto a (des)articular o tecido urbano de seu contexto imediato e pela entrevista com um de seus moradores: Antônio (nome fantasia), fotógrafo de 30 anos, morador do conjunto há 5 anos e frequentador de sua vizinhança desde a década de 1990.

Morado Nascimento et. al. (2019) propõe uma inversão no jogo de linguagem vigente na análise dos territórios, oferecendo uma construção teórico-metodológica que permita uma leitura descriptada da cidade a partir da leitura do lugar. Descriptar significa olhar o território pelo olhar do Outro, pelo olhar de quem mora e ocupa, fazendo emergir uma possível disrupção das narrativas vigentes (Morado Nascimento et. al. 2019, p. 22).

Se as entrevistas despontam como o meio pelo qual é possível coletar e entender as dinâmicas de separabilidade presentes no território, adotamos aqui a inversão proposta pelos autores como base para uma análise coerente aos objetivos tratados: a coleta das narrativas e a sua investigação a partir dos atributos do território e dos atributos presentes no território, sistematizados pelas linhas de análise abaixo destacadas.

No território.	Do território.
Pressão socioeconômica.	Capacidade Urbana.
Vulnerabilidade.	Capacidade Natural.
Percurso.	Articulações.
Equipamentos-serviços	Lógica de Ocupação.
Ações.	Atributos.
Fissuras.	Linhas de separação.
Propriedade.	Grandes Projetos Urbanos (GPU's)

Tab.01 Linhas de análise: leitura do lugar

Fonte: Morado Nascimento, 2020.

O segundo momento (o eixo da Avenida Antônio Carlos e os baixios de seus viadutos) é apresentado por notas extraídas do caderno de campo e por retalhos de entrevistas cedidas por moradores em situação de rua. Como será discutido, os condicionantes de tempo e os problemas relativos à pandemia de COVID-19 criaram dificuldades para o formato pensado de aproximação. Entretanto, acredito que as dificuldades que nascem desse momento da pesquisa denunciam esquemas de separação os quais não puderam ser ultrapassados metodologicamente. A estratégia adotada foi a de nos retermos à dificuldade como um dado de pesquisa.

O terceiro momento (a Pedreira Prado Lopes) será apresentado a partir da análise de dados brutos e pela exposição e análise de dados secundários, principalmente àqueles sistematizados por Ribeiro (2001) acerca da história oral da PPL. O tráfico de drogas assume um papel fundamental nessa breve retomada histórica.

Em suma, essa parte do trabalho pretende investigar as fronteiras urbanas no meio urbano. Embora, a título de apresentação, se dê preferência a um ordenamento temporal das informações e análises apresentadas, cabe também dizer, sendo redundante, que o passado (estrutura estruturante) e o futuro (estrutura estruturada) exercem seus efeitos no presente, uma trama complexa dessas imagens, dimensão síntese de suas múltiplas determinações.

¹ A técnica à qual a crítica se direciona é entendida como uma disposição historicamente assentada no campo, algo em direção à noção de habitus de Bourdieu (2002, p. 144), e não em direção à técnica como trabalhada por Santos, a qual sedimenta materialmente a relação entre sociedade e território utilizado.

05. A urbanização metropolitana e a região da Lagoinha

Nos textos reunidos em Ensaio sobre a urbanização latino-americana, Milton Santos centra-se em estabelecer uma perspectiva de onde seja possível entender a urbanização na América Latina para além das características gerais presentes em contextos de subdesenvolvimento. Os aspectos econômicos, embora apresentem-se com maior autonomia, não bastam para se explicar o crescimento das cidades, o surgimento e a solidificação do comércio e a expansão da rede urbano no interior do continente. A especificidade primeira trata-se da capacidade de organização do meio físico frente às demandas econômicas internacionais, fator que se estendeu na história da formação das economias nacionais do continente e, por fim, balizou o crescimento e consolidação das regiões metropolitanas. Nas cidades planejadas que surgiram tardiamente, como o caso de Belo Horizonte, Brasília e Ciudad Guayana, o autor ressalva uma intensa intervenção do Estado.

Na capital mineira, o crescimento urbano é ancorado pelas estratégias político-econômicas Estatais. A escala do local, ou seja, a especificidade desse movimento de expansão da cidade, reside na interação entre a atualização da infraestrutura de circulação de mercadorias e pessoas exigida pela transformação da economia vigentes e o meio socioespacial anteposto. No recorte da Lagoinha, por exemplo, trata-se de uma interação extremamente violenta. Conforme aponta Pereira apud Rezende (2019), ao analisar os documentos públicos que antecederam a tomada de decisão de mudança da capital, ficam explícitos argumentos de aspecto ideológico e simbólico por parte dos agentes estatais (governantes e ocupantes de cargos administrativos), veiculadas entre as elites do Estado. Essa vertente simbólico-ideológica possui fundamental relevância para nosso tema. É o fato de Belo Horizonte:

(...) tratar-se de uma cidade planejada, uma cidade nova, projetada sobre um povoado de origens coloniais, fundado no início do século XVIII e, portanto – embora isto também não seja

discutido na historiografia sobre a cidade –, igualmente marcado pela experiência escravista. A nova cidade destinava-se, não obstante, a “suplantar o passado (ou a sociedade) colonial” – não necessariamente o passado escravista, note-se bem –, “e preparar o Estado para o futuro republicano”. (PEREIRA, 2019, p. 20).

Um dos aspectos positivistas da nova capital era o da evolução das formas políticas puras (a colônia daria espaço à república), raciocínio que invisibiliza a perpetuação de estruturas sociais de subjugação. Gostaríamos de acrescentar à leitura de Pereira que a sobreposição entre as tecnologias de destruição do povoado anterior, de invisibilização do passado escravocrata e, por fim, do ideal republicano em construção, encontram sua forma concreta na intervenção no território. As obras de transformação da paisagem para construção de Belo Horizonte se conformam, a um só tempo, em gestos de separabilidade. Conforme sugere a autora, também é necessário ressaltar que a “modernização mineira” proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista (PEREIRA, 2019). No embrião de formação da nova capital, já se guardava uma diferença fundamental, cada vez mais explícita no decorrer de seu crescimento, com as propostas ideológicas das cidades modernas. Teresa Caldeira nos lembra que

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições). Esses elementos estão associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris pelo barão Haussmann na segunda metade do século XIX. (CALDEIRA, p 302-303).

A proposta modernista de uma cidade de livre fruição de pessoas é alterada quando estudamos o caso de Belo Horizonte. A localidade escolhida para abrigar a nova capital possuía, em 1872, uma população de 5.524 pessoas, sendo 2.960 homens e 2.834 mulheres, 5.188 homens livres e 336 escravizados. A composição racial atestava o predomínio

da população negra: 3.860 pretos e pardos frente a 1.634 brancos (PEREIRA, 2019, p. 53). Não há menção clara, no processo de construção da nova capital, em como criar as condições de reinserção social da população liberta – postura compartilhada com as demais cidades brasileiras. Antes disso, as novas setorizações alteram a organização pré-existente do território. A valorização da terra expulsa os antigos moradores para as então definidas Zona de Sítios ou Zona Rural, enquanto os trabalhadores migrantes amontoam-se próximos aos canteiros, sofrendo com sucessivas remoções.

Na verdade, o positivismo do urbanismo brasileiro é, antes de tudo, romântico: por um lado, vislumbra-se a Cidade-Jardim mas, por outro, é efetivada um novo modelo de segregação socioespacial, com a invisibilização intencional de grande parte da população ex-escravizada. No Cural del Rey, trata-se da maioria dos moradores. Se Teresa Caldeira contrapõe essa dimensão imagética da livre fruição com uma estética urbana contemporânea, apresentada pela forma urbana dos enclaves fortificados, e fundamentada pela introjeção do risco e do medo e a consequente necessidade de isolamento do agente em relação à cidade, na construção de Belo Horizonte, a contraposição pode ser vislumbrada já em nível de planejamento. Não se trata do isolamento do agente em relação à um mundo visto como violento, mas antes disso, da violência imposta pelo modelo de cidade almejada à vida de agentes que não eram reconhecidos como agentes. Não se criava uma cidade livre, mas uma cidade autoritária.

Na vertente política e econômica, a opção pela transferência da capital é concomitante às mudanças

(...) é coetânea às mudanças econômicas e políticas que ocorreram no país a partir do processo emancipacionista e da instauração do regime republicano. Estas mudanças estão relacionadas ao surgimento de novas forças econômicas no Estado que, com a emergência da República – que em alguma medida também as representava – se mobilizaram em torno da garantia de poder político correspondente à sua expansão econômica. (PEREIRA, 2019 p. 20-21)

Ouro Preto era cada vez mais incapaz de se inserir nos circuitos econômicos modernos do país. Prova disso é o levantamento traçado por Aguiar (2006), que demonstra, para o período em estudo, o maior crescimento em Minas Gerais acontecia nas zonas contíguas aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A demanda para uma nova capital era, portanto, também uma demanda de ordem técnica: o circuito econômico interno exigiu maior eficiência e concentração administrativa, além uma oferta de terras e possibilidades de desenvolvimento (fatores bases para o desenvolvimento metropolitano em países

de economia dependente, segundo os princípios da geografia político-econômica de Santos (2017)).

As obras, iniciadas em 1895, já expunham uma espécie de efeito visível do urbanismo positivista proposto para a nova capital: os moradores indenizados se instalaram nos arredores da Avenida do Contorno (à época representava os limites da principal zona do plano de Belo Horizonte (ver Figura 1), na zona de sítios, os membros da Comissão Construtora ocuparam de imediato as antigas casas do Arraial e os obreiros dispunham-se em barracões e casebres, distribuídos em vários pontos do espaço (PEREIRA, 2019). A setorização proposta reservava às áreas lindeiras da Av. do Contorno a função de cultivo de gêneros alimentícios para provisão da zona urbana, que se propunha a abrigar uma população de 200 mil habitantes. A região da Lagoinha e suas imediações, conforme Aguiar (2009) compunham a seção VI, parcela mais ocupada do subúrbio da nova capital, cuja população era majoritariamente operária e desempregada.



Fig.02 Planta da Cidade de Minas (Lagoinha em Destaque)

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Essa ocupação suburbana ilustrava a condição da capital: uma cidade vazia, com as demarcações do plano inicial, porém com uma ocupação rarefeita e, em algumas partes, densamente povoada

Quem chegava ao imenso canteiro de obras em que se tornara a cidade, desde o início de sua construção, ao desembarcar na Estação de Minas – que, em 1895 era ainda um “provisório barracão de táboas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada” – vislumbrava, de imediato, atrás desta, acima da Rua Sapucaí, a Favela ou Alto da Estação. Ali morava “a gente operária”, como testemunhara Abílio Barreto ao chegar à cidade naquele ano. Caminhando pela cidade, em direção ao oeste do território do antigo arraial, havia também a Favela do Leitão, habitada igualmente por gente pobre. A família de Barreto e outras das que haviam viajado na primeira classe, tendiam a observar aqueles bairros improvisados como “mescladíssimos e turbulentos, sobretudo à noite e nos dias de descanso”, sendo reprimidos pelo capitão Lopes – oficial negro, que viera de Sabará, também em 1895, para exercer as funções de autoridade máxima da polícia na capital, à época. (PEREIRA, 2018, p. 92)

Essa situação permite entender que as alterações da ocupação suburbana em relação ao planejamento inicial foram resultado do primeiro boom demográfico, experimentado já no momento de construção, pelas altas taxas de migração provocadas pelos trabalhadores e pelos que vinham tentar a sorte na nova cidade, associadas à uma política de terras urbanas que dificultava a aquisição de lotes nas áreas urbanas por parte dos trabalhadores (PEREIRA, 2018).

Para nós, é importante sublinhar essa primeira mutação na ocupação da capital recém nascida: o adensamento populacional nas suas beiradas (modelo concêntrico de crescimento urbano), e a consolidação da ocupação, junto ao adensamento demográfico particular na Seção VI (ver Figura 1), é tratada como um obstáculo à conexão entre as partes da metrópole ao longo do século XX e à construção de infraestruturas necessárias à contínua participação de Belo Horizonte nos modelos de crescimento econômicos brasileiros. Em 60 anos, Belo Horizonte viu sua população passar de 13.472 habitantes para 693.328 habitantes. Esse formato de crescimento, onde a periferia acolheu as maiores taxas demográficas é sustentada por Pinho, 2016, através da elaboração de uma série histórica que demonstra a evolução da periferização na RMBH de 28% em 1970 para 51% em 2010. A Tabela 1, a seguir apresenta a evolução demográfica experimentada por Belo Horizonte ao longo do século XX.

	Número de habitantes	Taxa de crescimento médio anual
1900	13.472	-
1905	18.662	7,70
1910	33.245	15,62
1915	45.741	7,50
1920	56.914	4,88
1925	81.396	8,67
1930	116.981	8,67
1935	167.712	8,67
1940	214.307	5,55
1945	272.910	5,46
1950	352.724	7,11
1960	693.328	7,00
1970	1.235.030	5,9
1980	1.780.855	3,7

Tab.02 Evolução da população belorizontina no século XX

Fonte: Fonte: GIANNETTI, 1951; PBH, 1985.

Esse crescimento foi dividido de maneira desigual nem Belo Horizonte e em sua região Metropolitana. A industrialização do oeste e, em menor parte do norte, com a periferização do norte e o crescimento que se ancora nos arredores da indústria no vetor oeste, tiveram fundamental importância na alteração do papel da Lagoinha¹. O Vetor Norte e o Vetor Norte Central apresentaram, entre 1980-1990 2,3% e 11,7% de crescimento populacional (o Vetor Norte Central, dentre todos os considerados na RMBH, foi o que mais cresceu nesse período). Tratam-se de regiões cuja metropolização remonta à década de 1970, com uma boa integração com a dinâmica metropolitana e cuja função de cidade dormitório é marcante. Já o Vetor Oeste apresentou um crescimento de 8,3%, o segundo maior na década de 1980. Ribeirão das Neves e Contagem foram os municípios que lideraram esse crescimento.

A densificação de serviços e atividades administrativas induzidas pelo plano inicial de Aarão Reis passou a exigir conexões cada vez mais distantes com os limites da metrópole. Ao longo da primeira metade do século XX, o fluxo de pessoas e veículos acumulava-se nas vias próximas à Avenida do Contorno. Aproveitando as grandes avenidas planejadas, como a Av. Amazonas, a Av. dos Andradas e a Av. Afonso Pena, o movimento pendular metropolitano distribuiu-se pela região central, cuja densidade de serviços públicos, privados e de atividades político-administrativas ainda é a maior da metrópole. As estratégias acionadas pelo poder público e planejadores urbanos frente a esse cenário, via de regra, remodelaram as áreas lindeiras à Av. do Contorno. O flagelo experimentado pela Lagoinha é visível e tornou-se tanto maior após a criação da

1 A configuração dos vetores de expansão da RMBH foi sugerida por Mendonça et al. (2015).

Pampulha, inaugurada em 1943, que nasce como empreendimento destinado ao lugar de moradia e lazer das elites. O Decreto Municipal n. 55 de 1º de abril de 1939 definia a tipologia de ocupação das margens da lagoa e, ao estabelecer lotes mínimos de 1000 metros quadrados, reservava essa área às classes mais abastadas. Na década de 1970, o crescimento populacional ocorrido nos municípios vizinhos, ao norte, configurou outra forma de expansão, caracterizada pelos loteamentos populares, com as mais altas taxas de crescimento metropolitano (ALVES & MENDONÇA, 2015, p. 36).

A partir de 1945 a integração do território torna-se viável quando as estradas de ferro, que até então conectavam a maior parte do país, são interligadas, e, juntamente, avança-se o projeto rodoviário brasileiro, pondo em contato as diversas regiões com a região polar do país (eixo Rio de Janeiro – São Paulo), empreende-se um ousado programa de investimentos em infraestruturas (SANTOS, 2018). Em Belo Horizonte, essa integração acontece após a administração de Juscelino Kubistchek (1940-1945), onde as obras de infraestrutura já consolidavam o vetor norte como um dos nós de circulação de mercadoria, pessoas e informações, seja pelo maior contato entre o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, que ampliava suas funções, alterando as atividades militares, majoritárias na década de 1930, para voos domésticos e comerciais entre capitais brasileiras a partir de 1939². Esse movimento trata-se do que Santos (2018) chamou de meio técnico-científico-informacional: contexto espacial marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território, essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. Nesse período, a informação, em todas as suas formas, passa a se constituir como motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar sua circulação (SANTOS, 2018).

Uma das conhecidas facetas dessa transformação é o desenvolvimento da forma periferia e da miséria. Nos anos de 1950, estudo realizado pela SAGMACS observava que 47,3% da população vivia em condição insatisfatória, em unidades localizadas fora da Av. do Contorno, cobrindo praticamente todas as zonas norte e oeste da cidade (vetores de expansão demográfica). A evolução da população favelada se deu de maneira intensa às transformações econômicas da segunda metade do século XX, conforme quadro abaixo.

Ano	População
1966	119.799
1981	233.500
1985	550.000

Tab.03 População favelada em Belo Horizonte

Fonte: COSTA & PEREIRA, 1967; COSTA, 1994, p. 73.

Contraditoriamente, nesse mesmo período houveram os maiores aportes de investimentos em Minas Gerais. Monte-Mor (1984) aponta que, do total de investimentos propiciados pela Lei Estadual n. 5.261/69, que buscava induzir a industrialização a partir da isenção fiscal, 63% concentraram-se na região central do estado, que abrigava o Vale do Aço, João Monlevade, Sete Lagoas, Divinópolis e a recém-criada Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde a concentração industrial ocorreu principalmente em Contagem, no parque Siderúrgico de Betim e em Santa Luzia. No país constituía-se uma rede de cidades associada a uma diferenciação do território segundo a divisão nacional do trabalho e a posição que cada região ocupa no processo de acumulação do capital industrial. Em decorrência das transformações induzidas pela industrialização, detonou-se, nesse período, o processo de metropolização, cujo principal estímulo foi dado pela efetivação da Cidade Industrial de Contagem, via Av. Amazonas e pela Região da Pampulha, a partir da Av. Antônio Carlos.

Se a inserção de Belo Horizonte no circuito de industrialização brasileira do século XX engatilha as principais transformações urbanas de sua região, cumpre observar que sua trajetória econômica é marcada por forte ação estatal. Conforme foi demonstrado, ao longo do século XX, o governo estadual criou um forte aparato institucional, que permitiu o desenvolvimento industrial intensificado, nos anos 1970, com a chamada nova industrialização mineira. Segundo Dulci (1999), as taxas de crescimento são resultantes de investimentos em grande parte concentrados em na aglomeração que se formava em Belo Horizonte. Atualmente, os números de crescimento demográfico nos vetores destacados, apesar de menores, ainda se mantêm relevantes para a metrópole nos períodos subsequentes (1990-2000 e 2000-2010), embora a posição de maior crescimento seja ocupada pelo Vetor Sudoeste (ALVES & MENDONÇA, 2015).

O principal agente ignitor da metropolização em Belo Horizonte foi o Estado. A atualização constante do sistema de infraestruturas, em vias de modernizar o meio técnico e facilitar o escoamento de mercadorias interagiu de forma violenta com modelo de crescimento desordenado que experimentava Belo Horizonte. As estratégias acionadas pelo poder público demonstram pouca capacidade de assimilar o crescimento econômico e a transformação territorial com a distribuição de riquezas. Os principais efeitos de uma industrialização vertiginosa é, sem dúvidas, o crescimento demográfico e a instalação

2 Ver Pereira & Faria. Aeroporto da Pampulha em BH: nas asas do progresso. Infraero, 1997.

da pobreza, aspectos que sustentam um espraiamento pautado pela periferização e pela violência dos rearranjos territoriais em áreas consolidadas.

Essas condições macroscópicas sustentam um modelo de crescimento que constrói uma paisagem social fragmentada, marcada por uma desigualdade socioespacial latente. Assim, encorpam de forma vertebral o fenômeno da separabilidade: trata-se de uma dimensão estrutural das fronteiras urbanas, onde são criadas as condições mais estruturais de sua eficácia social, demarcando a dificuldade de atravessá-las. As fronteiras urbanas, na verdade são um dos efeitos últimos desse modelo de crescimento: tratam-se de um mecanismo pelo qual o agente experiencia as mudanças da cidade e, frente a isso, busca estabilizar ou ressignificar sua posição social, introjetando as diferenças mais visíveis da distribuição desigual do acesso à terra.



06. Caminhos de ruptura: uma breve história da Lagoinha pela cisão do tecido urbano

Essa miséria de posição, relativa ao ponto de vista daquele que a experimenta fechando-se nos limites do microcosmo, está votada a parecer “totalmente relativa”, como se diz, completamente irreal, se, tomando o ponto de vista do macrocosmo, ela for comparada à grande miséria de condição, referência quotidianamente utilizada para fins de condenação (“você não tem do que se queixar”) ou do consolo (“há coisa muito pior, você sabe”). Mas estabelecer a grande miséria como medida exclusiva de todas as misérias é proibir-se de perceber e compreender toda uma parte de sofrimentos característicos de uma ordem social que tem, sem dúvida, feito recuar a grande miséria. (BOURDIEU, 2008, p. 13)

A região da Lagoinha, em Belo Horizonte, é um exemplo de que a constante reconstrução do tecido urbano implica na destruição e desconstrução, concomitante, do tecido social predisposto. A atual Lagoinha faz questionar o aspecto de identidade que um nome atribui a um lugar. A maior parte das pessoas que passam pelo bairro o apreendem a partir das visadas da Avenida Antônio Carlos, via assentada em fundo de vale contínuo que secciona o bairro em duas partes: o protagonismo dos galpões e equipamentos de grandes serviços instalados nas menores cotas altimétricas escondem a ocupação residencial do restante do bairro (maior parte de seu perímetro). Desse ponto de vista, são os viadutos e seus moradores os primeiros elementos marcantes da paisagem. De outro lado, se tentarmos apreender a Lagoinha pelos indicadores-índices e análises técnicas mais usuais aos diagnósticos urbanos, a invisibilidade de parte da região ao olhar dos usuários de transporte público e dos motoristas se converte em uma fragmentação sistêmica, possível também de ser induzida olhando uma imagem de satélite.

Uma breve retomada da ocupação do bairro permite entender a fragmentação destacada como a resultante histórica de processos de tomada de decisão que, reconstruindo a paisagem a partir da deposição de objetos e da elaboração de políticas urbanas regulatórias, consolidaram uma estrutura material que baliza, em maior ou menor grau, as condições de agência daqueles que participam de seu cotidiano. Essa fragmentação pode ser lida,

em alguns momentos, como uma ruptura: fenômeno catalisador de rearranjos simbólicos, que, a partir da paisagem, estrutura novas configurações sociais.

Se tomarmos a fragmentação como primeiro guia para compreensão desse lugar, temos também que apresentar suas formas e sua constituição. Nosso interesse, portanto, é explicitar a linha temporal de intervenções que compõem a paisagem atual da Lagoinha. A análise das condições de produção de cada intervenção urbana com relevância para o contexto exige a reconstrução histórica das condições de ação dos agentes envolvidos na produção de cada objeto (Bourdieu, 2015) e, nesse sentido, foge das possibilidades e objetivos deste trabalho. Cabe, contudo, considerar que, para uma análise atual, os diversos objetos urbanos identificados estruturam as relações sociais ali assentadas, determinando o cenário por onde se realizam e suas características.

Da Lagoinha, pode-se destacar aquilo que se queira, já que se somam tantas intervenções e de tantos formatos distintos (físicos, legais, econômicos, de sociabilização) que, em cada rua, um resquício de violência ou de saudosismo podem ser encontrados. Lugares assim, acredito, são difíceis de descrever ou de pensar. Sobretudo porque aproximam grupos socioespaciais distintos, ocupações e formas de vida distintas, que fornecem, caso sejam analisados muito ingenuamente, visões unilaterais da realidade. Por Bourdieu,

Para compreender o que se passa em lugares que aproxima pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, mas para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas. (BOURDIEU, p. 11, 2008).

O efeito de justaposição dos pontos de vista proposto pelo autor é direcionado ao cientista que analisa seus dados e busca apreender a realidade social divergente que se apresenta. Em nosso caso, assumimos o pressuposto de que essa aproximação do que é separado e essa multiplicidade de pontos de vista por vezes contrários é mediada pelo espaço. Em linhas aqui já escritas, trata-se de uma outra forma de apontarmos o exercício da separabilidade, fundamental em qualquer processo de exclusão. Essa hipótese corrobora outra, a de que o espaço físico é apropriado nesse exercício de separação, sendo dotado de sentido e se contaminando do simbolismo imputado nos lados construídos

pela separação (por exemplo, ao se dizer que determinada rua é perigosa por ser reduto de nóias, ou, em geral, ao se aconselhar um visitante de que se deve evitar andar por tal região em função do grupo que ali vive). Nesse sentido, abaixo buscamos apresentar as principais alterações materiais e sociais no bairro, de forma a construir esse palco de mediação das diferenças e seus principais elementos.

06.01 Uma história da Lagoinha.

Historicamente, o bairro da Lagoinha e suas imediações alternam períodos de negligência administrativa e de intensa intervenção urbana, onde o discurso de legitimação da interferência busca incluir interesses políticos e econômicos do município, em detrimento de uma análise local da situação urbana e da condição cotidiana do território. Trata-se de uma região que, já nas pranchas de implantação da nova capital, em projeto coordenado por Aarão Reis, era assumida como área “suburbana” (Maciel, 2009, p. 211). Nossa retomada busca indicar os principais agentes participantes dos processos de intervenção no bairro. Num momento posterior, o detalhamento desses agentes e a explicitação das condições de acionamento das estratégias escolhidas será feito, de forma a explicitar os interesses sobrepostos nas transformações do bairro. A Figura 3, apresetada adiante, situa o limite de estudo em relação à Belo Horizonte. O esquema representado pela Figura 4 abaixo sintetiza o histórico das alterações na malha urbana do bairro. Já a Figura 5, na sequência apresenta o diagrama que condensa as principais alterações segundos os agentes participantes

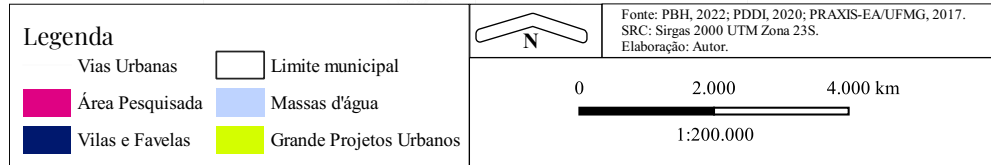
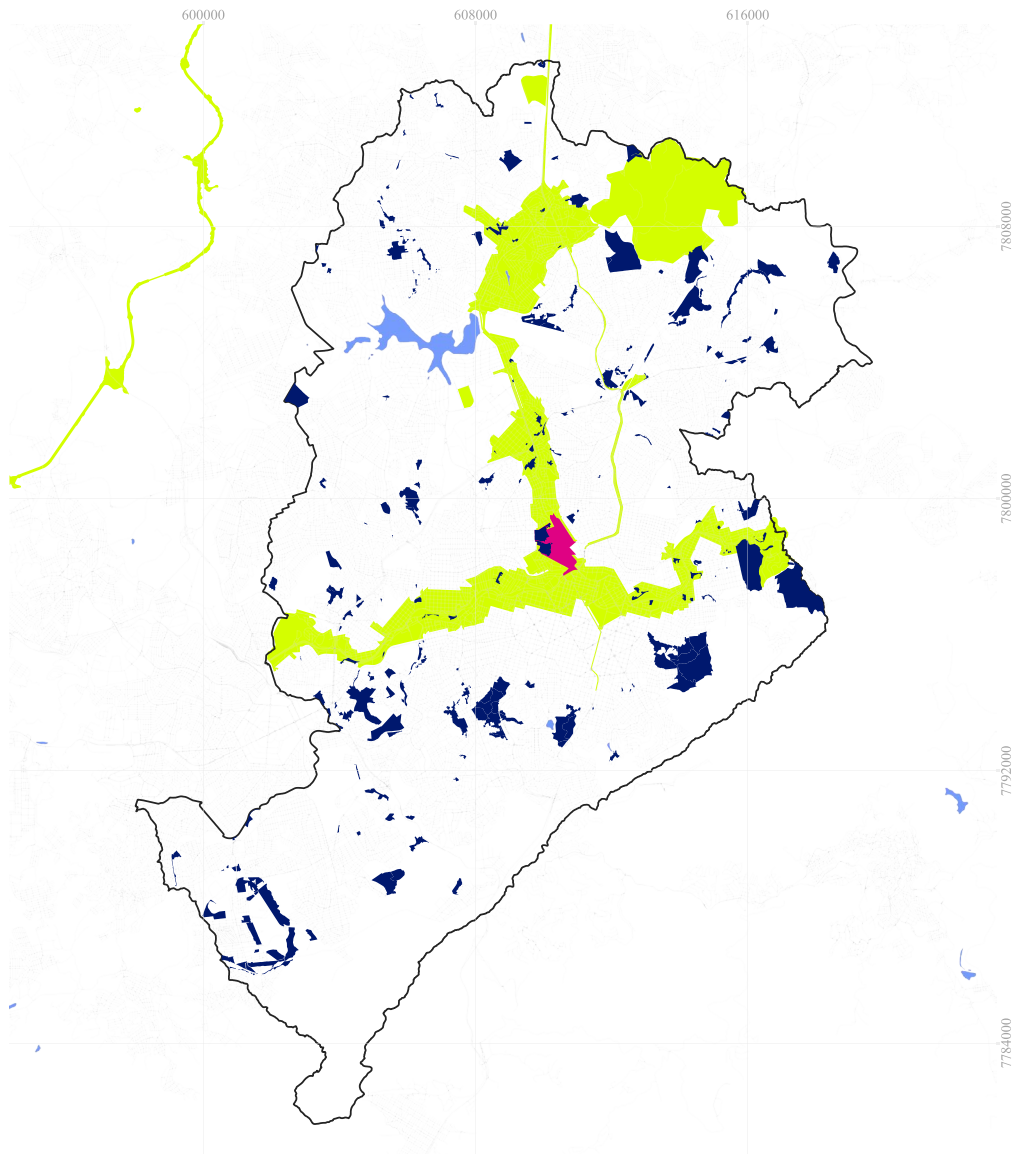


Fig.03 **Localização da Área de Estudo**

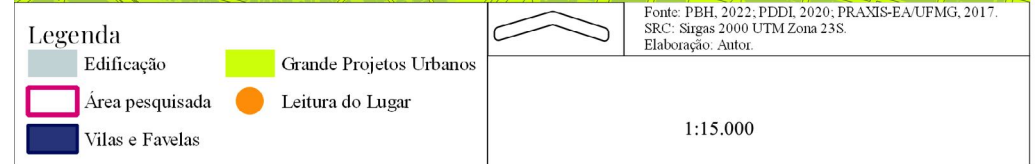
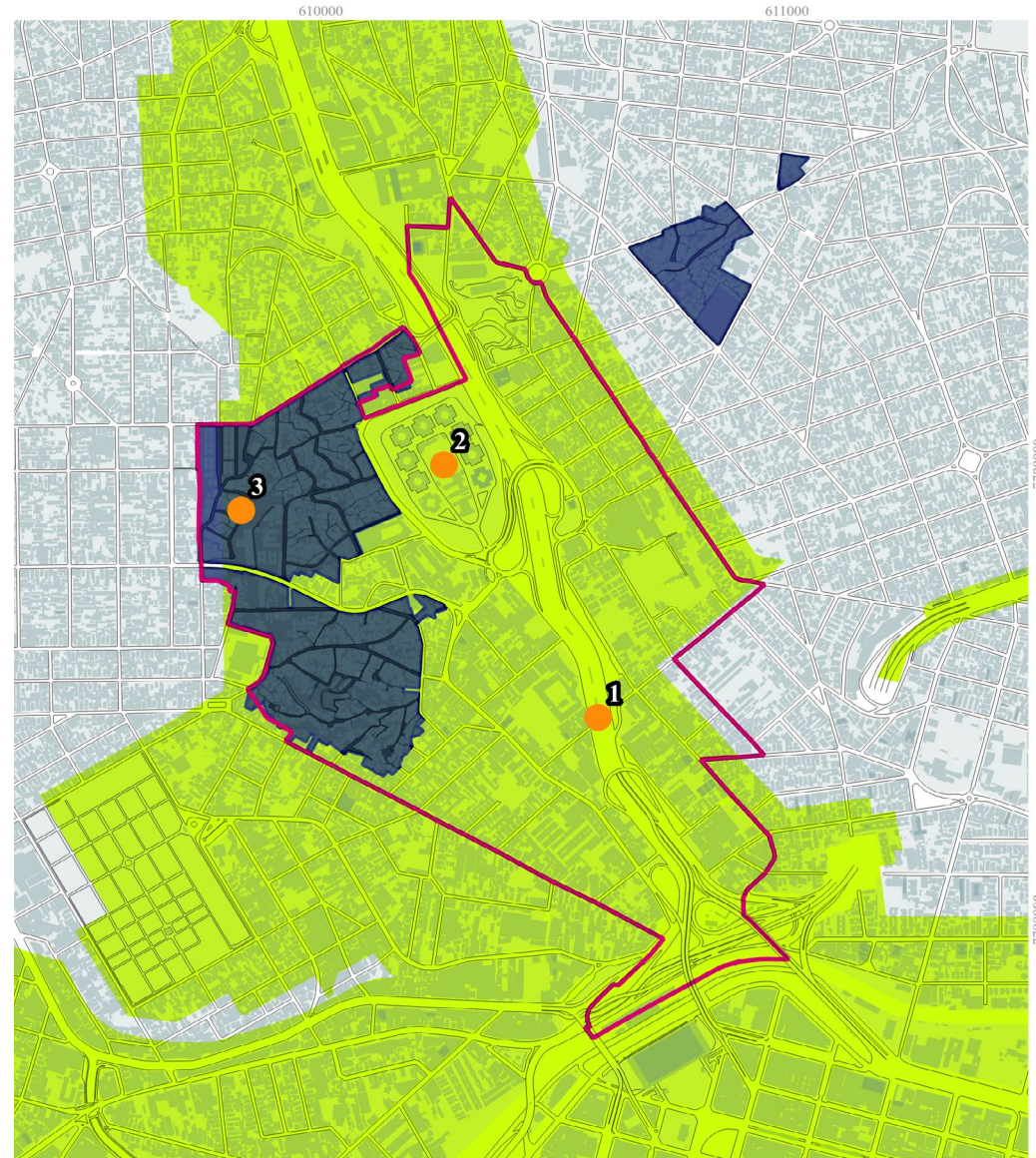


Fig.04 **Localização da Área de Estudo**

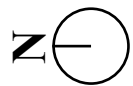


Fig.05 Principais Alterações no Bairro Lagoinha

Fonte: PBH, 2011.

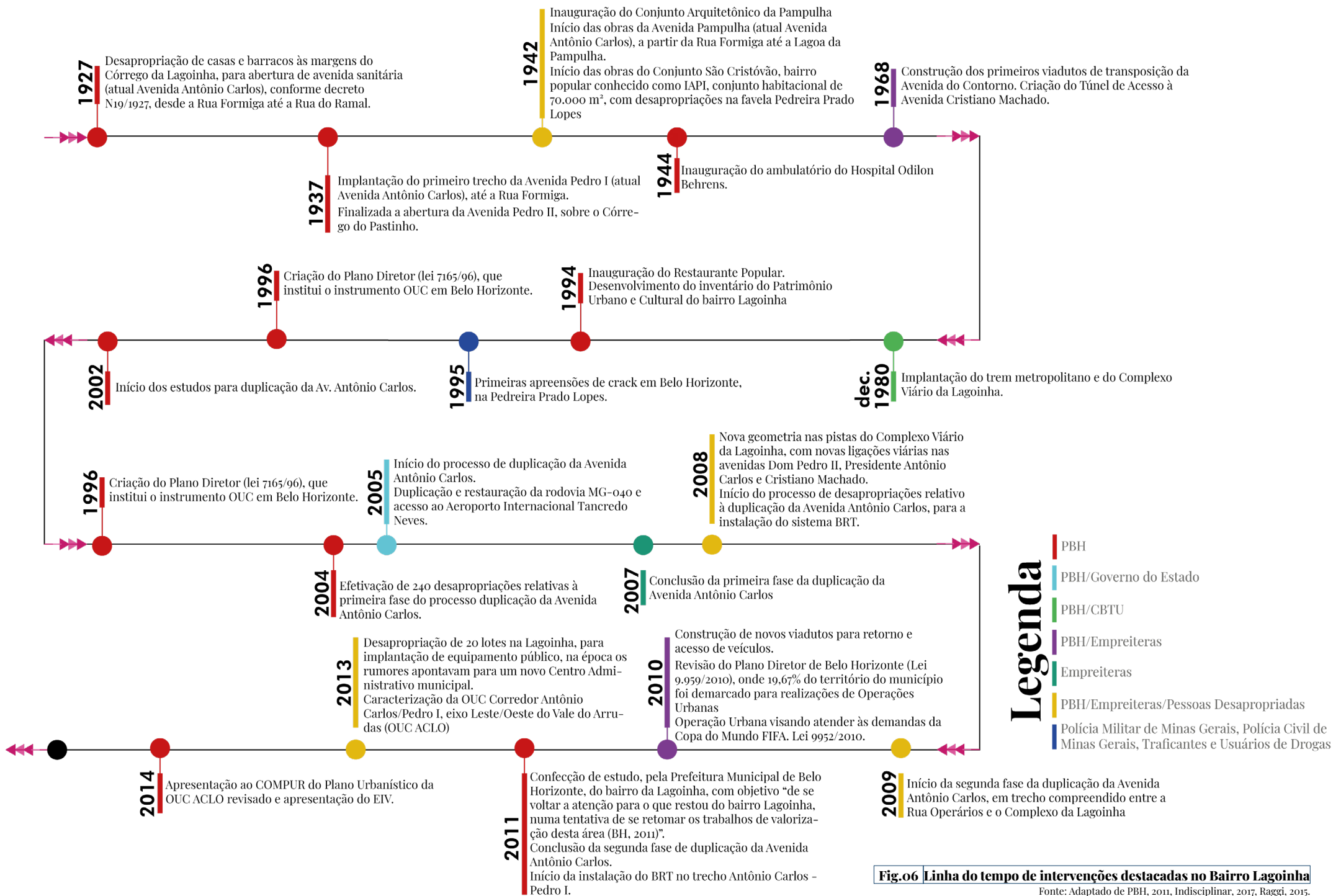


Fig.06 Linha do tempo de intervenções destacadas no Bairro Lagoinha

Fonte: Adaptado de PBH, 2011, Indisciplinar, 2017, Raggi, 2015.

A linha do tempo traçada atesta uma política pública perene de reformulação e ruptura do tecido urbano da região. Aliadas às intervenções, a introdução de outros fatores contribuiu para a afirmação das rupturas físicas nas relações sociais estabelecidas, sobretudo quando se pensa no pioneirismo da Pedreira Prado Lopes na comercialização de crack na capital. Aqui, me debruço sobre os principais elementos dessa trama histórica, apresentando sua influência na paisagem da área. Os elementos físicos destacados, cabe aqui adiantar, são aqueles resultantes dos Grandes Projetos Urbanos (GPU's). Como aponta Freitas (2016, p. 54), os GPU's tratam-se de projetos cujos processos de desenho e intenções de execução comportam escalas e camadas para além de seu sítio de implantação. Nos projetos em questão, as justificativas de fluidez de tráfego (LOGIT, 2009) e de mobilidade urbana (Belo Horizonte, 2011) sugerem benefícios macroscópicos em detrimento de uma preocupação pontual. A esse respeito, Freitas (2016) destaca a contradição entre a justificativa publicizada das obras e seus efeitos concretos:

Sobre a intervenção no corredor Antônio Carlos/Pedro I, a contradição parece ser a combinação entre (a) o alto custo de uma questionável prioridade ao transporte coletivo (a medida em que o grosso dos recursos é investido para ampliar a capacidade do tráfego para o veículo particular) e respectivo impacto urbanístico, sobretudo relacionado às desapropriações e (b) a inadequada apropriação da chamada mais valia do investimento. (FREITAS, 2016, p. 88).

Entendemos, portanto, sua forma urbana através de fatores econômicos e políticos que se materializam em territórios afastados, mas que, estrategicamente, incorporam a área em foco enquanto eixo de articulação física, instaurando vácuos urbanos que, na impossibilidade de estruturarem quaisquer relações pertinentes àquele contexto, abrigam grupos e dinâmicas distintas, redefinindo as estruturas cotidianas de produção e reprodução da vida social. Através desse movimento o meio material suporta afastamentos sociais e constitui novas barreiras simbólicas.

06.02 Os grandes projetos urbanos e o bairro.

O trecho da Avenida Antônio Carlos presente na região da Lagoinha é, possivelmente, o elemento físico de maior relevância para a retomada histórica que aqui fazemos. A via articula as principais alterações no tecido urbano ao longo da história e tem sua origem atrelada às obras de canalização do córrego da Lagoinha, realizadas como medida de resolução dos alagamentos anuais e da constante condição de insalubridade dos terrenos ribeirinhos.

À época da primeira expansão da atual Avenida Antônio Carlos, no contexto das políticas modernizantes do prefeito Juscelino Kubitschek, a região já era reconhecida pelo status de velha e ultrapassada (PBH, 2011), o que naturalizou e legitimou a dilapidação de seu território em prol das obras de expansão do vetor norte. A Avenida nasce sob o estigma das desapropriações e de sua constante saturação, e, desde que foi aberta, vem sendo um entrave para as administrações municipais.

Desde o momento de sua criação, a Avenida passou por várias obras de remodelação de sua estrutura, afetando a situação econômica, social e cultural dos locais por onde passa e dos que ali vivem ou trabalham. Realizadas na perspectiva de uma melhoria geral para a cidade e para a região metropolitana, especialmente em relação a questões de trânsito, elas afetam negativa e irreversivelmente a vida de alguns bairros, que têm sua rotina transformada sem que haja um ganho efetivo em qualidade de vida para seus habitantes. Através de sua consolidação como principal eixo viário de articulação entre o centro e as porções ocupadas ao norte de Belo Horizonte, as terras lindeiras à Antônio Carlos articularam diversas intervenções de relevância para se pensar a fragmentação do bairro.

O movimento de leitura do território é um movimento complexo. O lugar se relaciona com os grupos que nele produzem sua paisagem e por ela são produzidos. Para além da relação entre grupo e lugar, o território insere-se em redes de significação ampliadas, sustentando significados distintos e, através deles, articulando redes de interesses em diversos espaços sociais. Nesse processo, o lugar é distorcido pelos variados agentes envolvidos – moradores e populações instaladas, poder público, pedestres, usuários sistema viário, comunidades e proprietários de terra –, criando nós de significado que tensionam-se, provocando afastamentos e aproximações entre grupos sociais. A ruptura se configura como um fenômeno catalisador de rearranjos simbólicos, e, a partir da paisagem, reverbera novas configurações sociais.

No imbricamento entre o passado e o presente, surgem novas disposições materiais e redes de significação. Embora seja um efeito característico dos Grandes Projetos Urbanos (GPU's), as rupturas incorporam as condições sociais e históricas de cada contexto, estabelecendo formas singulares de cisão. A análise das condições de produção de cada intervenção urbana com relevância para o contexto exige a reconstrução histórica das condições de ação dos agentes envolvidos na produção de cada objeto (BOURDIEU, 2015) e, nesse sentido, foge das possibilidades e objetivos deste trabalho. Cabe, contudo, considerar que, para uma análise atual, os diversos objetos urbanos identificados estruturam as relações sociais ali assentadas, determinando o cenário por onde se realizam e suas características. A paisagem, assim, é entendida como meio de manifestação dos objetos resultantes das forças sociais e processos de tomada de decisão próprios de

determinados momentos históricos, consolidando uma estrutura material que baliza, em maior ou menor grau, o cotidiano de um lugar. Nesse sentido, rupturas surgem incorporando dimensões variadas, materiais ou sociais, que se relacionam, requalificando as disposições dos elementos base para a espacialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que introduzem novos elementos e, portanto, uma reestruturação na área estudada.

A ordem expositiva dos momentos de análise que se seguem, por tudo isso, parte de uma aproximação ao contexto mais claro de ruptura: a Avenida Antônio Carlos e os espaços conformados pela sua malha viária. Para a leitura do lugar, foram aproximadas as entrevistas realizadas com os moradores em situação de rua e com Antônio de uma pequena mobilização de discussões próprias à antropologia. A partir disso, é proposto um esquema de entendimento sobre a alocação daqueles determinados corpos naquela determinada área.

06.03 Os baixios do viaduto, o IAPI e a Pedreira Prado Lopes.

O baixio dos viadutos construídos na Antônio Carlos foi escolhido pela maior concentração de barracas e de moradores em situação de rua. No decorrer do trabalho, por condicionantes de tempo, disponibilidade dos agentes para entrevistas e pelas respostas negativas e escapadiças, a forma entrevista perdeu espaço para uma caderneta de campo, onde eram anotadas algumas reflexões sobre as dificuldades enfrentadas e os vazios dessa etapa no campo, considerando-os como um dado a ser trabalhado. Talvez seja encorajador admitir essas limitações evocando uma breve passagem de Evans-Pritchard, no Apêndice IV de seu livro *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, quando reflete sobre o campo:

Paul Radin, aquele simpático e inteligente antropólogo austro-americano, disse uma vez que ninguém sabe muito bem como faz o próprio trabalho de campo. (...) Na ciência, como na vida, só se acha o que se procura. Não se pode ter as respostas quando não se sabe quais são as perguntas. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 259-260)

Balizado pelas articulações de problemas levantados inicialmente, os moradores em situação de rua despontaram, de minha ótica, como o grupo cujo estigma atualizava-se em formas mais limitadoras de sociabilização. Essa impressão era alimentada pela in-

visibilidade censitária e o pequeno repertório de levantamentos sobre esse grupo. No último censo realizado a partir dos dados disponíveis no CadÚnico, a população de rua em Belo Horizonte foi estimada em 9.251 pessoas (DIAS, et al. 2021). Seguindo a tendência brasileira, é majoritariamente masculina (na capital mineira, o percentual de homens constituía cerca de 90% em junho de 2021), vive com uma renda mensal de até 89 reais (também em proporções de 90%) e negra (a faixa, para junho de 2021 era próxima de 85%). Delinear dados socioeconômicos da população em situação de rua em uma escala mais aproximada é uma das dificuldades que se apresentaram para essa etapa da pesquisa, visto a inexistência de estudos e levantamentos com dados localizados. A fluidez e efemeridade dos lugares onde concentram-se a população de rua são os empecilhos mais visíveis a um levantamento socioeconômico mais aprofundado, o que permitiria uma imagem mais ampliada das características da área estudada.

A debilidade dos dados públicos disponíveis foi constatada na análise de Dias. Seus efeitos são tanto mais amplos, reforçando o que os autores chamam de política de morte: o abandono e a produção de invisíveis, cujo desdobramento diz respeito perdas de vidas e a desumanização de pessoas. Conforme constatado no relatório, a disponibilidade de recursos para políticas municipais mais efetivas – o que implicaria em levantamentos mais eficazes acerca da situação da população de rua (DIAS et. al., 2021).

Nesse sentido, entendo o vínculo do morador em situação de rua ao lugar como imprescindível para abordar o objetivo dessa monografia. A aproximação de imediato mostrou-se falha, em um problema já conhecido pelas ciências sociais, a qual a imersão imediata ao campo não se mostra próspera, pela desconfiança das pessoas. Aqui, ilustramos um já conhecido problema da etnografia: é necessário achar o melhor informante. As fronteiras que parecem inscrever essa população num campo de invisibilidade seriam melhor compreendidas caso fosse possível colher uma narrativa emergente desse espaço negativo. A maior perda em não acolher as histórias desses agentes para nosso trabalho é, talvez, a possibilidade de enxergar os modelos de construção das fronteiras e de sua dissolução pelo seu outro lado. Trata-se, nesse sentido, de uma perda política, se lembramos as palavras de Mbembe em sua leitura de Bataille, a saber:

A política só pode ser traçada como aquela diferença que desorienta a própria ideia de limite. A política é a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu. (MBEMBE, 2018, p. 16).

Os limites sobre os quais a política emerge e desorienta são atualizados por formas sociais que policiam e conservam o status quo, conservando determinadas fronteiras e os agentes nelas inscritos. No nosso contexto de estudo, trejeitos desse conservadorismo são ilustrados por ações dos moradores mais antigos do IAPI. Na fala de Antônio pode-

mos ilustrar essa discussão

Tem o morador mais velho que quer matar mesmo. Que quer tirar ele de lá na porrada, e é isso, como você dialoga com isso? Que aí é entender de onde vem o ódio. Que não é o ódio só porquê a pessoa é suja e crackeira, né? O termo que eles gostam de usar. É porquê eles levantam todo dia e pisam em bosta (sic), todo dia, eles tropeçam em comida azeda que tá lá no chão, eles não dormem de noite, por que o crack deixa a pessoa paranoica e eles ficam brigando a noite inteira. Aí vai carrinho de cabo, fio de cobre pra lá e pra cá, e você fica sem luz do nada, você fica sem internet. Isso numa bola de neve, eu não tenho a menor condição de virar para uma doninha que passa por isso tudo e falar: não odeia essas pessoas não. O problema é esse: você jogou todo mundo num território, foda-se (sic), você resolve. (Antônio)

Nas entrevistas gravadas, houve uma certa abertura oferecida de início pelos entrevistados que, após algumas perguntas embebidas na atmosfera do campo (atmosfera coincidente com o espaço cotidiano daquelas pessoas), é revogada por um fechamento brusco, um olhar desconfiado e uma pressa sutil em sair da conversa. Aponto que o pesquisador não está isento de ser incorporado, pela negatividade que sua diferença produz no meio social, no microcosmo social que estuda, atualizando algumas separações já introjetadas por aqueles que ali se encontram. Para além da incorporação, seu estrangeirismo denuncia sua posição naquele sistema, a forma como é visto e entendido.

Um ponto percebido foi o de que a pesquisa pode fracassar em sua pretensão inicial de fazer emergir narrativas acerca dos temas interessados - as transformações sociais e as configurações espaciais - quando, pela desconfiança evocada pela presença de um corpo estranho ao contexto, perde sua capacidade de perfurar as camadas de sociabilização mais visíveis. Nesse aspecto, as falas, sentimentos e interações acolhidas e registradas pelo pesquisador se limitam a reproduzir as disposições sociais premeditadas, sem maior ganho na aproximação à realidade. Frente à urgência na qual as ações das pessoas em situação de rua se encontram, as perguntas mostram-se como provocações de reflexões distanciadas dos iminentes riscos aos quais são submetidos.

Podemos entender que exista uma contribuição das características urbanas daquela área na dificuldade de aproximação. A distribuição das construções efêmeras pelos baixios do viaduto e pela pista de rolagem das avenidas próximas afastam a população em situação de rua do fluxo de pedestres moradores do bairro. Atravessar a rua em alguns

pontos significa se projetar para fora do sistema. Nos dias e horários em que realizei as entrevistas, as chuvas intermitentes do mês de maio em Belo Horizonte faziam com que, em grande parte do tempo, os pertences e roupas dos entrevistados estivessem molhados. Seus esforços se centravam em buscar os melhores materiais para reforçar o abrigo quando a tempestade chegasse. Toda essa situação reforçava a posição negativa por mim desempenhada, estabelecendo uma distância entre a intenção do pesquisador e as intenções das pessoas entrevistadas. Esse afastamento constitui um empecilho às condições de conversa, às possibilidades de reconhecimento próprias de um diálogo e, por conseguinte de seus efeitos na interação entre ambas as partes. Não é muito difícil supor que as condições de fala possíveis aos moradores da rua são bastante limitadas:

Rolou um fato uma vez, que uma pessoa com sofrimento mental, usuária de crack, teve um surto uma vez e entrou quebrando crack no IAPI, quebrou o carro da minha mãe. Eu vi ele quebrando e desci, e um morador desceu junto, disse que queria matar, que não sei o quê. A polícia já tinha rendido dois cara que tavam passando, pretos obviamente. E eu tô lá sentado no chão, vi que ele pegou o [morador de rua] que tinha passado. O cara que desceu, do IAPI, tava falando que era eles, e eu cheguei, falei que vi e que não era eles. Eu tinha visto uma pessoa branca. Ele [morador do IAPI] ficou putíssimo. Falei que não tinha nada a ver com as pessoas dali. Aí o policial falou assim: isso aqui eu prendo porque é meu serviço, se você falar que foi ele, nós vamos levar pra delegacia. Semana que vem ele tá aqui de novo, porquê isso é problema de saúde pública, não de polícia. Isso um cara fardado falando. Eu vou prender porque eu exerço a função de prender o flagrante. Eu não vô ficar prendendo usuário. Você vai prender usuário de crack? Pra encher a cadeia e sair de novo, ficar usando crack? Não é esse o problema. (Antônio).

A gente tenta ter conversa com os moradores, sobre a situação do morador de rua e do crack. Existem comissões, elas são bem mistas. É avançado num ritmo lento, mas existem. É bom que tenham pessoas que pensam como eu, que pensam como o Felipe Thales, que pensam num viés progressista. E é bom que isso seja disputado. Se deixar esse debate hegemônico pro lado de lá... (Antônio)

Esse contato ocorre majoritariamente em situações de confusão, depreciação ou insa-

tisfação, quase sempre entendidas através de uma semântica da violência, o que parece reforçar o distanciamento entre o grupo moradores de rua e as demais pessoas da região – duas realidades postas em conflito na fronteira.

Esses limites são desejados por outros grupos de pessoas nos arredores da Pedreira Prado Lopes e na Lagoinha. Nas investidas ao campo, durante minhas paradas para descanso em lanchonetes, restaurantes e bares localizados na região, percebi ações recorrentes de afastamento (pela fala, por ameaças ou por pequenos empurrões) sofridas por aqueles em situação de rua. A despeito da construção do muro entre o IAPI e a Pedreira Prado Lopes, exemplo dramático da reificação das fronteiras no espaço urbano, não havia a possibilidade de propor uma intervenção material que ilustrasse o simbolismo da separação entre os grupos. Assim, quando não é possível se valer da paisagem como elemento mediador da separação, o corpo torna-se tanto mais exposto às violências de uma ética da separabilidade quanto maior a internalização da distância social entre as partes envolvidas nessa dinâmica de socialização. De forma sucinta, para entender a posição de um agente em um dado lugar, é preciso entender a história do agente e a história do lugar. A apreensão entre essas duas dimensões, em que uma emerge da instância individual através da narrativa, e outra se mostra por uma instância formal (a paisagem), construída pela política e pelo conflito, mostra-se como um caminho menos abstrato para lidar com a temática da separabilidade. Em direção à uma melhor caracterização do que estamos chamando de separabilidade, propomos uma leitura do contexto urbano consolidado a partir da principal intervenção feita na região nos últimos 20 anos: a reformulação do traçado viário da Avenida Antônio Carlos.

De certa forma, os destaques que aqui fizemos permitem colocar a ruptura como uma dimensão da história da Lagoinha. As intervenções no bairro sempre deixaram ali seus resquícios: áreas cuja possibilidade de permanência é escassa ou impossível, seja em virtude de sua qualidade arquitetônica seja em virtude da segurança física em relação às vias. Esses espaços residuais adquirem uma dimensão importante para a caracterização da ruptura. Com a duplicação e os novos viadutos, novos espaços sem qualidade urbana são estabelecidos nas articulações viárias desenhadas, tornando-se estereis à apropriação dos moradores e desconexos em relação à malha urbana do bairro. No cotidiano, gradativamente passaram a abrigar sem-tetos e usuários de drogas. E, à condição de barreira física e visual, soma-se a condição de barreira simbólica, onde os grupos ali instalados incorporam estigmas sociais, produzidos através de cenas de uso de drogas e de violência que são reafirmados e ampliados através da mídia.

A relação entre as intervenções urbanas, o contexto de expansão do tráfico de drogas em bairros próximos e os grupos que se estabelecem no lugar a partir desses fatores

apontam caminhos pelos quais buscamos investigar as dimensões da exclusão socioespacial. Nesse sentido, as obras de duplicação da Avenida Antônio Carlos durante a década de 2000 encontraram o processo de expansão do tráfico de drogas na Pedreira Prado Lopes: durante meados da década de 1990, os primeiros relatos de apreensão de crack em Belo Horizonte indicam a comunidade como precursora do comércio da droga na cidade (SALGADO, 2013).

O comércio de crack é um fator de rearticulação radical das relações sociais de um território. Em pesquisa sobre os usuários de crack, Saporì, Sena e Silva (2010, p. 72) afirmam que o cliente do crack é considerado um consumidor compulsivo, “um usuário que se imobiliza e aos poucos vai se tornando um ‘noinha’, um mendigo que fica lá nos becos ou casinhas.” Ainda de acordo com esses autores, a rentabilidade do consumidor do crack para a rede de venda não está relacionada às extensões advindas das redes de relacionamento dos usuários, mas à sua grande demanda caracterizada pelo consumo rápido. Como aponta Salgado (2013), o uso do crack nas cidades pode ser entendido como:

um fenômeno social que extrapola a individualidade do sujeito e ocupando o espaço urbano, vem à tona o incômodo social provocado pela caracterização de sujeitos desqualificados socialmente, associados a espaços territoriais de uso e abuso de drogas, as chamadas cracolândias (SALGADO, 2013, p. 274-275).

Assim, é a partir do estabelecimento de uma lógica de ocupação espacial própria do uso do crack que o território se rearticula, seja em sua dimensão social ou física, com instalações temporárias feitas para e pelos próprios usuários, como pontos de descanso ou de cocção de alimentos.

No processo de formação desses espaços, há uma violenta separação de seu entorno, sustentada por uma lógica da diferença, onde o sujeito “nóia”, cuja “corporalidade abjeta ganha destaque” (RUI, 2012, p. 286), torna-se o fator da negação, ou, nas palavras do autor, torna-se aquilo se opõe ao “eu” – categoria que sustenta o reconhecimento do outro enquanto indivíduo. No caso, os espaços residuais – produtos de intervenções no espaço urbano a partir da lógica viária – e os sujeitos abjetos aproximam-se entre si pela relação de negação que estabelecem com os circuitos formais da vida social. A ruptura espacial é ampliada pela ruptura social quando os elementos viários (vias arteriais, viadutos, canteiros centrais e trevos) produzem as condições materiais que sustentam um cotidiano excluído e de exclusão, como aquele observado nas cracolândias, assim como no eixo viário da Avenida Antônio Carlos: os projetos foram divulgados através

de imagens que vendiam um paisagismo de contemplação, nunca executado, mas que se assentava sobre os resquícios das alças viárias (Figura 6 e Figura 7).



Fig.07 Proposta de paisagismo na Avenida Antônio Carlos

Fonte: SEINFRA, 2009.



Fig.08 Proposta de paisagismo na Avenida Antônio Carlos

Fonte: SEINFRA, 2009.

Se, durante décadas, a postura de intervenção urbana contava, por parte do poder público, com discursos que se justificavam por uma lógica higienista (a degradação moral e urbana se colocava como obstáculos à interesses de outra ordem), atualmente se observa o movimento contrário, onde, já consolidada, parte-se da malha viária para entender as possíveis relações dos bairros com a grande via e o sistema BRT. O Estudo de Impacto de Vizinhança da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos-Pedro I/Leste-Oeste, elaborado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e publicado em 2015, por exem-

plo, assume o eixo viário como elemento estruturante para o planejamento público, estabelecendo parâmetros a partir da infraestrutura instalada na década anterior (BELO HORIZONTE, 2015. p.16).

A requalificação paisagística das áreas residuais é um argumento que reverberou nos discursos dos agentes interessados na reformulação viária ao logo dos anos. Se a esterilidade desses espaços às práticas sociais é um fator de relevância para sua negação, sobretudo para os moradores próximos, a visão de Marc Augé inverte a condição negativa das áreas residuais para uma dimensão de valor quando, incapazes de se articularem com os fatores identitários, relacionais e históricos, tais lugares inserem-se numa lógica do espetáculo, direcionada a uma categoria própria da hipermodernidade: o “viajante”. Nas palavras do antropólogo:

(...) se chamarmos de “espaço” à prática dos lugares que define especificamente a viagem, ainda é preciso acrescentar que existem espaços onde o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. Como se a posição do espectador constituísse o essencial do espetáculo, como se, em definitivo, o espectador, em posição de espectador, fosse para si mesmo seu próprio espetáculo (AUGÉ, 1994. p. 80).

Através da capacidade ou não de mediação de processos de sociabilização, Augé analisa o território, estabelecendo descontinuidades que comportam sentidos vinculados, sobretudo, ao deslocamento, à efemeridade da experiência e à condição psíquica dos agentes hipermodernos. A essas descontinuidades, o autor atribui o conceito de “não lugar”, ou o espaço do viajante (AUGÉ, 1994. p. 75). Como argumenta o autor, há uma estabilidade necessária entre esse agente e a paisagem que sua experiência toma como objeto. O olhar, entendido como a estabilidade contemplativa, é o objeto final dessa relação. A figura do “viajante” materializa-se nos fluxos pendulares dos grandes centros, sustentada através dos deslocamentos pelas grandes vias e, em paralelo, é distorcida pelos vetores informais de ocupação dos territórios, como as cracolândias e as cenas do cotidiano de moradores de rua.

A simbiose entre intervenção antrópica e natureza, ecoada nas imagens e discursos de divulgação da duplicação da Avenida Antônio Carlos, desponta como a base material de significação da contemplação imediata e vazia proposta por Augé (1994). O espetáculo distribui-se pelas áreas residuais do eixo viário (Foto 01 até Foto 04) e, aqui, instaura o conflito com grupos que se valem de estruturas informais de produção espacial; em síntese, esses grupos encontram nessas áreas, em virtude dos processos históricos de

consolidação da violência física e social às quais são submetidos, uma possibilidade de permanência.

Na construção do espetáculo vazio desse paisagismo, valores são sobrepostos às áreas residuais, seja pelo agente contemplativo, cujo olhar busca pelos cenários de apreensão imediata – o viajante pendular dos centros urbanos –, seja pelo poder público, controlando as narrativas de produção urbana. Ainda, na relação de aproximação entre os usuários de drogas e os espaços residuais, há uma camada de valorização dessas áreas pelos moradores locais, que veem na saída dos grupos estigmatizados o aumento da segurança.

Em outras palavras, nessa aproximação entre negativos (os moradores de rua e grupos que sobrevivem nas ruas e os espaços residuais dos baixios de viadutos e canteiros de alças viárias) resulta a precipitação de um valor sobre a relação que esses grupos estigmatizados mantêm com os espaços por eles ocupados: as áreas residuais, nesse aspecto, são valorizadas como áreas residuais, devem manter-se como tais, adornadas por intervenções paisagísticas que permitam a existência do olhar contemplativo vazio de viajante de Augé. Trata-se de um valor de defesa dos não-lugares.

De certa forma, os destaques que aqui fizemos permitem colocar a ruptura como uma dimensão da história do recorte em estudo. As intervenções no bairro sempre deixaram ali seus resquícios: áreas cuja possibilidade de permanência é escassa ou impossível, seja em virtude de sua qualidade arquitetônica seja em virtude da segurança física em relação às vias. Esses espaços residuais adquirem uma dimensão importante para a caracterização da ruptura. Com a duplicação e os novos viadutos, novos espaços sem qualidade urbana são estabelecidos nas articulações viárias desenhadas, tornando-se estereis à apropriação dos moradores e desconexos em relação à malha urbana do bairro. No cotidiano, gradativamente passaram a abrigar sem-tetos e usuários de drogas. E, à condição de barreira física e visual, soma-se a condição de barreira simbólica, onde os grupos ali instalados incorporam estigmas sociais, produzidos através de cenas de uso de drogas e de violência que são reafirmados e ampliados através da mídia.

O Conjunto Residencial do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) trata-se de um projeto paradigmático da arquitetura moderna belorizontina (em 2007 o conjunto foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município), inaugurado em 1948, exemplar também da atuação dos fundos de pensão na confecção de habitações de interesse social na segunda metade do século XX no Brasil (MACIEL, 2009, p. 211). Para nós, importa lê-lo a partir da cristalização da morfologia urbana provocada por sua instalação no bairro da Lagoinha.

O conjunto foi construído sobre uma parcela da Pedreira Prado Lopes, primeira favela

de Belo Horizonte. Como argumenta Raggi (2015, p. 185), as porções da Pedreira Prado Lopes lindeiras a antiga Avenida Pampulha (atualmente Avenida Antônio Carlos) contrastavam com as pretensões progressistas do então prefeito Juscelino Kubitschek, que buscava conectar o “reduto paradisíaco” da Pampulha ao centro administrativo e econômico da cidade. Em trecho de autobiografia, o ex-prefeito coloca que:

Naquele tempo, só havia uma favela no perímetro urbano de Belo Horizonte. Era a que ficava situada nas imediações da Pedreira Prado Lopes. Voltei minha atenção para aquele problema (...) Assim, idealizei um conjunto residencial popular, destinado à classe operária que, cada dia mais, se tornava mais numerosa. Como a Prefeitura não dispunha de recursos, entrei em atendimento com o engenheiro Plínio Catanhede, presidente do Instituto dos Industriários, no sentido de que ele financiasse o projeto, já que o conjunto seria destinado à residência de seus associados (...) Abri um enorme corte na pedreira, de forma a facilitar a ligação do novo bairro com a cidade, e, em seguida, fiz o desmonte do morro ali existente (KUBSTCHEK, 1976, p. 32).

No caso do cotidiano popular, é usualmente mais confortável reprimi-lo, destruí-lo e escondê-lo para, num momento posterior, construir narrativas romantizadas acerca das manifestações sociais que ali existiam. O processo de concepção e instalação do Conjunto Habitacional IAPI é um exemplo significativo da primazia dos interesses políticos sobre o microcosmo social preexistente naquele território. Os croquis de visada do conjunto (Figura 8 e Figura 9) apagam o restante da Pedreira Prado Lopes do contexto de implantação do empreendimento, num gesto que dá protagonismo às grandes vias, às edificações modernas e aos vagos canteiros ajardinados existentes nas articulações entre as pistas. Nesse caso, os desenhos denunciam a anti-paisagem moderna representada pela favela a partir de sua negação.



Foto.01 Moradores em Situação de Rua na Avenida 2429

Fonte: Cadu Passos, 2022.



Foto.02 Moradores em Situação de Rua na Avenida Antônio Carlos

Fonte: Cadu Passos, 2022.



Foto.03 Vista da Lagoinha

Fonte: Cadu Passos, 2022.

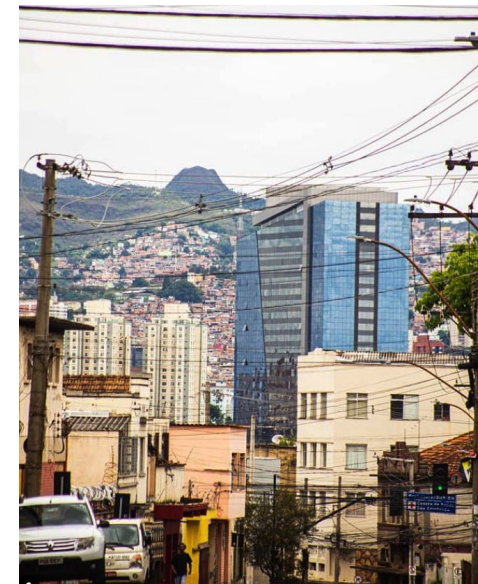


Foto.04 Vista do Centro de Belo Horizonte a partir da Rua Itapeccerica

Fonte: Cadu Passos, 2022.

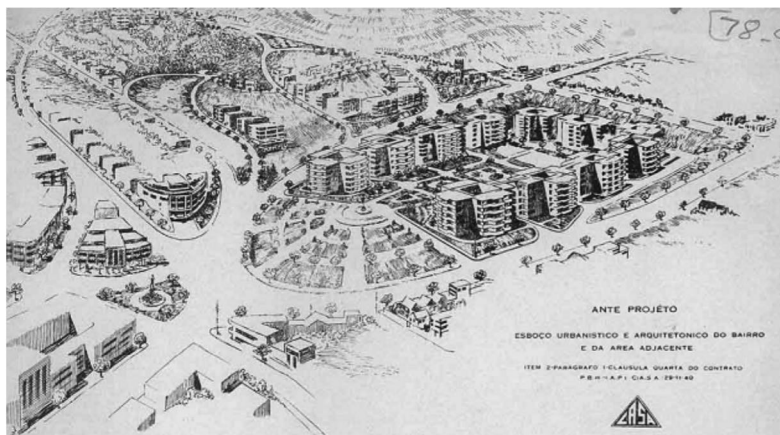


Fig.09

Croqui de implantação do Conjunto IAPI

Fonte: Oliveira, 1942, p. 42.

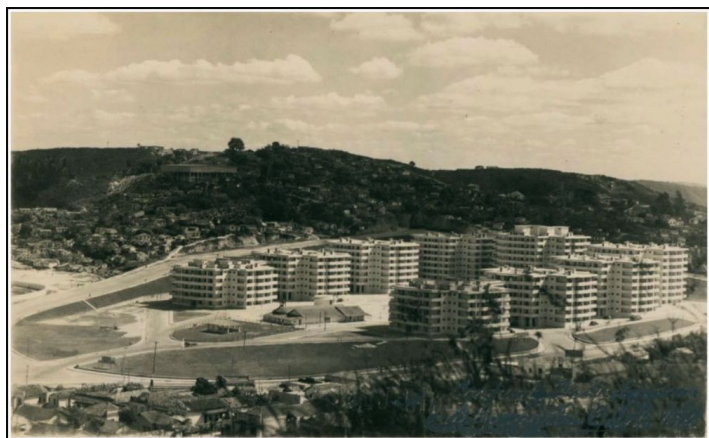


Fig. 10

Foto do Conjunto IAPI, década de 1940

Fonte: IBGE, 2022

Os relatos de moradores que viveram na comunidade no período anterior à instalação do IAPI, colhidos e sistematizados por Ribeiro (2001), demonstram que a violência superava uma camada meramente discursiva. O trabalho de Ramalho (2010) também sistematiza algumas falas sobre o período em destaque. Através dos esforços dos autores, é possível desenhar um quadro acerca das condições sanitárias as quais os moradores da favela estavam submetidos. No começo da década de 60, uma série de tentativa de remoções antecedeu a construção do IAPI. Como é lembrado por três moradores:

Muitas vezes perseguiram quando você estava fazendo um barraco, era tudo feito a noite escondido, muito corrido, de tempo em tempo. Os perseguidores botavam muitos barracos abaixo

ali, nessa Serra Negra ai. Eles proibiram, mas não davam o lugar, ai já tinha começado esse programa de casa própria, já tinha começado isso. Mas eles mexeram ,mexeram, foi pra lá, veio pra cá, essas casas estão até hoje ai. Então nós fomos construir mais casa ai, e continua. Tendo uma vaguinha eles continuam fazendo casas ainda ai. Mas agora está muito afrouxado, não está mais... Não dá mais para fazer barraco ai. ([Maurillo Bonifácio, 6/2/2001] RIBEIRO, 2001, p. 47, grifo nosso)

Quando era criança isso aqui era só mato, não tinha água, luz, e até uns vinte anos atrás não tinha banheiro, as necessidades eram feitas em latas, e jogadas nas caçambas de lixo” ([Maria Eustáquia Vicente, 16/05/2009, 59 anos, residente na Pedreira Prado Lopes desde que nasceu] RAMALHO, 2010, p. 25). Teve uma tempestade... jogou o barracão no chão e os postes, desceu tudo. Ai ficamos sem luz, fomos pedir, aí, pra essa Companhia Força e luz religar o relógio, ela exigiu que deveria ter ao menos cinco pessoas no conjunto, pra por cinco relógios juntos. Nós fomos na prefeitura e disseram: “olha, favelado aqui não arruma nada não”. Mas na hora do voto, eles não falam isso. Não era individual, era coletivo, porque só de ser cinco pessoas ali já era muito. Isso foi lá pra 68. Quando cheguei aqui as coisas eram difíceis, Primeiro, pra gente morar aqui, tinha um problema de esgoto. Eram todos aí, trabalhando na rua, tudo muito trabalhoso, e as pessoas não eram muito mansas. Os malandros respeitavam muito a gente, tinham respeito. Hoje é que os meninos não respeitam muito não. ([Marcelo Ferreira da Fonseca 16/05/2009, 59 anos, residente na Pedreira Prado Lopes desde que nasceu] RIBEIRO, 2001, p. 72).

Esse modelo de gerenciamento do espaço se aproxima da discussão proposta por Mbembe (2021) e nos permite traçar, por comparação, diferenças em relação à forma como a construção de estigmas encorpou a criação de algumas instituições na Europa do século XIV e XV. Retomando a conjuntura das grandes crises sanitárias, a população errante e pobre gradativamente teve seu corpo alocado numa condição de corpo-vírus e, dessa forma, justificou parte de uma evacuação maciça para fora dos espaços ordinários da vida. Limitava-se sua circulação. A concretização da política de controle populacional passava por alocar os corpos pobres em zonas onde era possível seu controle e domesticação. Essa estrutura era modelada por uma lógica de organização espacial específica,

institucionalmente autorizada. Nas palavras do autor,

Sem quase nunca trabalhar e com as forças já reduzidas e eles mesmos comprometidos com uma morte prematura não pertenciam, afinal, à humanidade inútil? As tentativas de controle dessa humanidade supranumerária, desamparada e ambulante consequentemente se intensificaram e resultaram, por um lado, no estabelecimento de estruturas assistenciais, como o Hospital Geral (1956) e os depósitos de mendicância criados em 1764 e, por outro lado, na crescente criminalização de formas ilícitas de migração que dali em diante passariam a ser tratadas como vadiagem. O arsenal repressivo direcionado contra as populações pobres e migrantes visaria, portanto, obter seu isolamento e confinamento, seguido de reclusão e eventual deportação para as colônias. (MBEMBE, 2021, p. 149)

A necessidade de se institucionalizar uma zona para que a condição de inutilidade de determinados corpos fosse efetivada implica a necessidade de se os reconhecer, num primeiro momento, como parte de um comum partilhado. Aliás, é a partir da projeção de determinadas características que se tornava possível a triagem ou não dos corpos. Nesse argumento, o que importa é uma qualidade (negativa) acrescentada pela sociabilização em alguns agentes. No contexto da urbanização brasileira, como se demonstrou, a constituição de terminados sítios de pobreza se deu como resposta ao desenho jurídico que impediu o acesso à terra por determinados grupos. Essa migração interna e forçada também implica uma ausência de política uma vez que, largados à própria sorte, a relação dos moradores com o Estado se dava na medida em que porções de terra passavam a participar das relações de compra, venda e especulação da terra-mercadoria. A naturalização da violência, nesse sentido, nasce do não-reconhecimento de determinado grupo como parte do todo social e não da narrativa do problema da hiperpopulação. A possibilidade de experiência na cidade, a partir dessa conjuntura, se dá através da luta pelo direito de existir.

Levanto, a título de hipótese, uma abordagem acerca da gênese das fronteiras. Ao tempo em que se inserem nos circuitos mais formais da cidade, ou, ao passo em que determinado grupo e seu território adequam-se à gramática da formalidade, passam também, com isso, a inscrever sob os domínios desse reconhecimento aqueles que possuem ou não as condições de serem reconhecidos como parte do grupo. Em uma fala de moradora documentado por Ribeiro (2001), a área de ocupação dos moradores de rua é afastada dos limites da comunidade e alocada no perímetro do IAPI

Os namorados ficavam só na grama do IAPI. Antigamente a

grama do IAPI era o lugarzinho de a gente ir, assentar, namorar, a gente passeava ali tudo. Hoje em dia é que não tem isso mais, ali virou lugar de mendigo deitar, a gente tem até medo de assentar. Aquela alegria acabou. ([Madalena, 24/10/2000], RIBEIRO, 2001, p. 75).

Essa distinção é corroborada pela recorrência com que os moradores diferenciam as condições atuais e as de origem da vila. Cessando as perseguições e construída a rede básica de infraestrutura, a vila passa então a compor o contexto urbano da região não pela negatividade, mas por uma afirmação de sua diferença.

A questão do relacionamento é a mesma de antigamente, são pessoas vindas do interior que vêm para trabalhar em Belo Horizonte, não conseguem, ou quando conseguem um emprego não têm como pagar um Aluguel e acabam arrumando um barraco aqui. Antes, a questão antes e agora é que antes o pessoal vinha e montava um barraco de madeira, de lona, de lata. Hoje, montam com alvenaria. ([Marcelo Ferreira da Fonseca 16/05/2009, 59 anos, residente na Pedreira Prado Lopes desde que nasceu] RIBEIRO, 2001, p. 71).

Você sobe hoje aqui da Lagoinha, começa da Rua Itapeçerica até aqui, a gente acha... Sabe que essas pedras estão aí debaixo do chão até asfaltadas. É quando saiu o calçamento essas pedras foram tiradas daí. A gente ainda vê pedras assim nos muros, no arrimo do Odilon Behrens. Eu creio que a Pedra do IAPI, com do conjunto IAPI, deve ter saído daqui. ([Natanel Severino, 19/10/2000, morador antigo e liderança informal] RIBEIRO, 2001, p. 30)

Situados nem do lado da vila, nem do lado do conjunto, através de seus corpos e sua ocupação no espaço material, os moradores em situação de rua organizam simbolicamente a divisão espacial, uma espécie de não-lugar. Esse limite que marca o fim de determinada área (antes, íamos ali) é absorvido para inscrever, no espaço, a noção de identidade. De um lado, é possível que os moradores do IAPI admitam os limites do conjunto como uma membrana que os separe de sua vizinhança imediata.

Eu tinha muito esse olhar de criança, né? Na década de 90, via o IAPI como um parque de diversões. Não saía dos seus limites porquê não era de lá. Eu era do Pindorama, lá andava por todas

as ruas. Hoje é um pouco disso também, tem as crianças e as mães, as crianças ficam brincando na praça central, perto das mães. (Antônio, grifo nosso)

Na segunda metade da década de 1990, deflagrou-se um conflito interno na Pedreira Prado Lopes. Os motivos são detalhados por Ramalho (2010) a partir do detalhamento da relação entre tráfico de drogas, informalidade habitacional e pobreza. Segundo o autor, a história do tráfico de drogas na Pedreira Prado Lopes pode ser dividida em fases, desde a década de 1970, englobando três gerações com características parecidas em alguns aspectos e completamente distintas em outros. A primeira geração, desorganizada (em suas palavras, cada um por si), apresentava uma visão de “malandragem” quase romântica, e o uso da violência era tímido, embora existente, como forma de persuasão. A atividade tinha como produto principal a venda de maconha e não possuía a estrutura comercial que hoje se observa no tráfico. Na segunda geração, a normativa da violência estabeleceu-se como modelo de gestão, ainda que, comercialmente, o tráfico apresentasse uma organização pouco eficaz, em “quadrilhas” norteadas por laços afetivos ou de parentesco. Essas fases duram de 1970 até 1995. A terceira geração, que já apresenta a perspectiva comercial e organizações com hierarquias rígidas e bem definidas é analisada a partir de 1995, ano das primeiras apreensões de crack.

Não é nossa pretensão retomar o complexo debate sobre o tráfico de drogas e a urbanização das cidades brasileiras. O que importa para nossa discussão é entender que como o tráfico de drogas foi apropriado para construção de distinções que, em último caso, formulam estigmas sobre os moradores da PPL. Cabe aqui considerar que a forma de organização das diferenças construída a partir da narrativa da violência obedece à mesma estrutura de separação observada no processo de consolidação da vila. Em suma, a guerra ao tráfico e a guerra do tráfico são incorporados na atualização do estigma, tomando o território da favela e seus moradores sob uma forma achatada e homoganeamente negativa. Nesse sentido, a história da vila é também uma história de atualização de sua separação em relação à cidade. A construção de suas características pela lógica da falta contribui para o que Teresa Caldeira chama de efeito enclave.

Os caminhos dentro das favelas são espaços para se andar, mas as favelas acabam sendo tratadas como enclaves privados: apenas moradores e conhecidos se aventuram a entrar e tudo o que se vê das ruas públicas são algumas poucas entradas. Na verdade, as favelas só podem ser vistas como um todo das janelas dos apartamentos acima delas. Quando tanto os moradores ricos como os pobres vivem em enclaves, cruzar muros é obviamente uma atividade cuidadosamente policiada, nas qual os sinais de

classe são interpretados para determinar níveis de suspeita e assédio. Ruas vazias de fronteiras fixas e diferenças escrutinadas são espaços de suspeita e não de tolerância, desatenção às diferenças ou simplesmente para se caminhar. Elas não são espaços públicos agradáveis. (CALDEIRA, 2003, p. 315). As pessoas pensam que todos que moram aqui são marginais. Porque um dia eu peguei um taxi e ele não quis me trazer aqui. Me tirou de dentro do carro. ‘Não vou lá, lá estão matando’. Tirou minha mala de lá, passei a maior humilhação. Se a gente fizer ficha e falar que mora na Pedreira, ele não... a gente tem que falar que mora no São Cristóvão. Para comprar, fazer crédito, eles não aceitam não, falam que a gente é ladrão, que dá cano, tem que ter referência, a gente é muito malvisto. ([Maria Paixão, 1/11/2000, moradora antiga] RIBEIRO, 2001, p. 152). Se mora na Pedreira, não serve, é ladrão, é sem-vergonha. Não procuram nem ver a ficha da pessoa. Então, há um preconceito sim, com relação à localidade onde a pessoa mora, principalmente aqui. ([Edmar A. de Oliveira, 25/10/2000, liderança religiosa] RIBEIRO, 2001, p. 153)

Se por um lado a diferença estética e a construção social da alteridade por meio da negatividade suporta os limites embutidos na Pedreira Prado Lopes, por outro a estratégia de inserção do IAPI ao longo do eixo da Avenida Antônio Carlos, isolando-o de seu contexto imediato. Ao passo em que seu assentamento atende à intenção inicial de afastar a favela da via de conexão entre o centro administrativo-comercial e o centro cultural de Belo Horizonte, seu efeito secundário é o de enclausurar o próprio conjunto, criando condições urbanas favoráveis à segmentação socioespacial. A diferença de nível entre a área comum e as ruas circundantes, a alocação da praça de esportes entre os edifícios do conjunto, a arborização e o muro que circunscrevem o IAPI são elementos que encorpam a gramática da separação e da alteridade em relação à vizinhança. Servem como limites entre o caos, a violência e o cotidiano do conjunto: dentro das linhas que afastam o Outro, é mais fácil estabelecer relações de identificação e de pertencimento. Pode-se pensar que as características observadas para se construir o senso de comunidade e de vizinhança no interior do IAPI também são adaptadas para se construir sua identidade e sua diferença. A fala de Antônio ilustra esse movimento

Uma amiga veio me procurar para mudar de casa recentemente, eu olhei uns apartamentos lá pra ela, e o melhor do IAPI pra quem é mãe é o senso de comunidade. Você pode sentar no

IAPI e deixar sua criança brincar ali que todo mundo olha. Esse senso de comunidade que bairro tem muito. Na Pedreira também vai ter isso, porquê favela é assim. E é muito massa esse senso de comunidade, a história que aquilo ali respira, a cidade passou pelo IAPI, pela favela, tudo que a gente assiste dali: ver a cidade sendo construída. (Antônio, grifo nosso).

Essa separação não consegue ocultar todas as marcas da alteridade. Na verdade, elas destacam as características que buscam ocultar. Esse retorno do negativo é ilustrado por elementos como a fumaça preta que invade a sala dos moradores ao final da tarde, com o barulho dos usuários de droga em abstinência e das brigas, com o cheiro que deixam nos lugares de maior permanência e, por fim, com os corpos caídos pelo chão da vizinhança. Nesses casos, onde os mecanismos de separação não bastam, a sociabilização é evocada para reificar a linha de separação constituída pela fronteira. Transcrevo abaixo alguns trechos da entrevista com Antônio que calçam nossa discussão. E questão da galera de rua mesmo. Que não é uma dificuldade pra mim, é uma dificuldade pro território.

—Dificuldade em que sentido?

São pessoas que ficam jogadas ali à mercê. À mercê do que a gente debate. Da mesma forma que a gente está debatendo aqui a marginalização delas, ninguém debate como tirar elas de lá, requalifica-las. E tem uma quantidade de entidade que sofre e trabalha em prol da manutenção dessas pessoas lá... Aí tem o tráfico, tem as sucatarias, vários problemas. Tudo ao redor do IAPI. Existe essa mística, que eu não sei de onde vem, que os moradores de rua, só em épocas de frio, você vê eles lá, dentro do IAPI, pra dormir nas marquises, esconder do frio, os moradores tendem a ser mais tolerantes com eles. Eu vejo pelas janelas do quarto, os porteiros só pedem para eles saírem quando amanhece. Pedem pro pessoal circular. Porque se o morador começa a ver de mais, começa a pensar de mais, e aí acha que ta incomodando, pede pra tirar e começa a violência. O jeito do porteiro de fazer com que eles fiquem ali pra dormir é pedir pra que eles saiam de manhã. Aí eles saem de manhã. Cada prédio tem um porteiro. Os prédios são independentes, e

tem a Associação que controla o conjunto. (Antônio)

Se a gente chama uma comunidade pra discutir, vai ter eu e mais 10 que vai entender que o problema do crack e da pessoa em situação de rua, o problema que você trata de perto, caso a caso, que não existe um resumo disso. E vai ter o morador mais velho que quer matar mesmo. Que quer tirar ele de lá na porrada, e é isso, como você dialoga com isso? Que aí é entender de onde vem o ódio. Que não é o ódio só por que a pessoa é suja e crackeira, né? O termo que eles gostam de usar. É porquê eles levantam todo dia e pisam em bosta, todo dia, eles tropeçam em comida azeda que tá lá no chão, eles não dormem de noite, o crack deixa a pessoa paranoica e eles ficam brigando a noite inteira e vai carrinho de cabo, fio de cobre pra lá e pra cá, e você fica sem luz do nada, você fica sem internet. Isso numa bola de neve, eu não tenho a menor condições de virar pruma doninha que passa por isso tudo e falar: não odeia essas pessoas não. O problema é esse, você jogou todo mundo num território, foda-se, você resolve. (Antônio)

Um dia, se você tiver a oportunidade, faz isso: sai daqui às 22 horas e passa lá, na praça do peixe. A sujeira que fica, a sujeira não é feita pelo morador de rua, é jogada lá. Não é feita pelo morador de rua, é alguém que entregou aquilo na mão dele. Quem faz a gestão desse lixo? É o lixo que vai pra porta do morador, que pisa nele de manhã e quer matar o morador de rua. Essa é a grande questão, a sucataria que tá ficando milionária lá, de onde vem o cobre que eles compram? (Antônio)

A perda da eficácia da mitigação das diferenças pelos artificios arquitetônicos do IAPI vai de encontro à escala de reestruturação urbana que seu entorno experimentou nas últimas décadas. A ampliação da malha viária da Antônio Carlos, como discutido, encurtou as distâncias entre os opostos, ampliou o efeito de ilha que existia no IAPI e seu entorno e, com isso, exigiu que mais esforços de violência fossem despendidos para que a separabilidade se efetivasse. Para além das reverberações na sociabilização, essas obras refletiram de forma negativa na rede de comércio e serviços do bairro, demolindo supermercados, isolando pequenas mercearias e, com isso, dificultando ações cotidianas dos moradores do conjunto, que passaram a fazer compras em outros bairros.

Pela proximidade do centro, a gente vai onde quiser né? Tô a 2,5 km do centro, perto da praça sete, dá pra ir a pé, 20 minutos.

Mas historicamente a zona Bohêmia da cidade era ali né. Então essa mística do homem boêmio, com todas as problemáticas que isso tem, era ali que ele vivia, o sambista, o samba da capital nasceu ali, então historicamente a Lagoinha é um lugar cultura e de lazer. Hoje tem isso que você mencionou antes, sobre alguns festivais irem pra lá, Mercado da Lagoinha foi requalificado agora, tá tendo evento, coisas de rua, carnaval tá ocupando lá. E assim, comprar como você perguntou, tem um supermercado lá, mas isso depois de anos. Tem comércio, mas comércio menor. O supermercado era o EPA, mas existia um EPA, antes do MOVE. Entre o edifício 2 e 4 tem uma passarela, de concreto, que caia dentro do EPA. Era o que o idoso do IAPI tinha pra fazer compra. Veio o MOVE e acabou com tudo. O move acabou de ser construído em 2015. De lá até 2019 quem era idoso não comprava nada, ou ia lá dentro do supermercado que tinha dentro da pedreira, subia o morro e ia, ou pedia taxi e ia pra outro lugar. (Antônio)

O MOVE pegou tudo, desapropriou o lado direito todo, sentido Pampulha, né? Demorou 5 anos pro EPA voltar. (Antônio)

Ali no IAPI a maior dificuldade é um rolê de transporte, por incrível que pareça. Tem lugares da cidade que eu não consigo acessar de ônibus, e olha onde eu tô. Na porta do MOVE. Por exemplo, eu não consigo ir no Floresta de ônibus. Eu tenho que pegar um MOVE, descer aqui no centro e pego outro MOVE e chego, ou descer aqui e ir a pé, de ônibus eu não consigo. Ou posso ir a pé, ou de bicicleta direto pra lá. Mas uma idosa não consegue. Ela depende de taxi e Uber. O Uber que acha que ali é a pedreira e marginaliza a pedreira, não entra lá de noite. O Uber não gosta de entrar no IAPI a noite. Ir de Uber ali é um parto. Sempre foi, não é de agora. (Antônio)

07. Apontamentos

Passagem 01. Sobre a maleabilidade das fronteiras.

Outro ponto a ser trabalhado são as condições de fluidez das fronteiras. Nossa pesquisa permitiu trabalhar essa temática a partir de três pontos: o conflito geracional, o futebol e determinadas situações de sofrimento físico.

A alteração na estrutura etária do conjunto nas últimas décadas impõe também uma alteração na mediação entre o conjunto do IAPI e o seu entorno. As diferenças entre as gerações aumentam na medida em que os modelos passados de divisão e distinção passam a encorpar uma posição ética malvista. Embora os interesses converjam para as pautas de mobilidade, sobretudo após as intervenções de ampliação da Avenida Antônio Carlos, as divergências, nesse aspecto, atualizam possibilidades de mudança na estrutura de separabilidade. Esse conflito é possível graças aos movimentos de desvalorização dos imóveis, e aos espólios que, via de regra, tomam alguns imóveis da região. Em busca de aluguéis mais baratos e da localização central, a população mais jovem busca apartamentos no IAPI e nas suas mediações. Embora exista o reconhecimento dos moradores mais novos por parte dos mais antigos, uma hierarquia geracional é perpetuada por pequenos artificios, como a sindicância (institucionalmente) e o respeito (socialmente). Os mais velhos, conforme fala de Antônio, possuem mais voz nas decisões finais. Não obstante, o litígio provocado por visões eticamente opostas (“o que vamos fazer com os moradores de rua?” do lado dos mais novos; e “tem que matar todo mundo” por parte dos mais velhos) fissa a estabilidade das fronteiras ali assentadas quando instaura, no campo da possibilidade, uma nova lógica de convívio.

A gente tenta ter conversa com os moradores. Existem comissões, elas são bem mistas. É avançado num ritmo lento, mas existem. É bom que tenham pessoas que pensam como eu, que pensam como o Felipe Thales, que pensam num viés progressista. E é bom que isso seja disputado. Se deixar esse debate

hegemônico pro lado de lá... (Antônio)

Mobilidade, que é a pauta que une todo mundo ali, você consegue organizar. Mas em torno da questão do morador de rua, isso não há consenso. (Antônio)

Mobilidade em relação aos equipamentos ali. A Lagoinha foi malfeita, mal projetada. E por exemplo, o IAPI, você vem do centro, do viaduto, e fazer assim e entrar, se você passar pela Itapeperica você não consegue entrar. Podia ter uma entrada de carro naquela rua que jogue pro IAPI, que tem 5 mil pessoas morando lá dentro. Você tinha que ter pensado a mobilidade pro território, não pra um monte de ônibus passando. Esse barulho que você escuta aqui, eu escuto lá o dia inteiro, todos os ônibus passam lá. Pra pessoa idosa não tem passarela, minha mãe trabalha do outro lado da Antônio Carlos e não consegue atravessar, ela tem que sair 15 minutos antes do horário de serviço pra conseguir atravessar. (Antônio)

As pessoas mais velhas carregam esse estigma em relação à favela. Eles até hoje acham que são melhores. As mais novas não têm isso, a gente não nasceu na época que isso foi construído. Então, não tem base pra isso. (Antônio)

Na Lagoinha não experimento nenhuma hostilidade, no centro sim. É por que, acho que você vai chegar nesse ponto, a dissociação entre IAPI e Pedreira. Mas hoje não existe mais a diferença econômica entre a pedreira e o IAPI, todo mundo é pobre. Antes o IAPI foi construído com o propósito de esconder a Pedreira também, e a galera lá passava fome. Quem veio pro IAPI são pessoas, famílias de classe média, de industriários e imigrantes. Hoje é todo mundo fudido. Vai ter gente mais rica na Pedreira do que no IAPI, e vice versa. (Antônio)

Uma outra fissura aparece em situações de sofrimento específico, como em épocas de chuva ou de frio intenso. Nesses casos, é permitido ao morador de rua que entre dentro do conjunto e que passe a noite nas marquises.

Existe essa mística, que eu não sei de onde vem, que os moradores de rua, só em épocas de frio, você vê eles lá, dentro do IAPI, pra dormir nas marquises, esconder do frio, os moradores tendem a ser mais tolerantes com eles. Eu vejo pelas janelas do quarto, os porteiros só pedem para eles saírem quando amanhe-

ce. Pedem pro pessoal circular. Porque se o morador começa a ver de mais, começa a pensar de mais, e aí acha que tá incomodando, pede pra tirar e começa a violência. O jeito do porteiro de fazer com que eles fiquem ali pra dormir é pedir pra que eles saiam de manhã. Aí eles saem de manhã. Cada prédio tem um porteiro. Os prédios são independentes, e tem a Associação que controla o conjunto. (Antônio)

Passagem 02. Separabilidade como fundamento do inumano

A separabilidade apoia-se em impossibilitar a participação do Outro no processo construção das diferenças. Essa indeterminação imediata qualifica o que está separado (Outro) apenas em oposição ao que está incluso (Eu), e vice-versa. De outra forma, a diferença construída unilateralmente coloca o Outro, de forma compulsória, na posição da exclusão na efetivação dessa relação de poder.

Nesse primeiro momento, a humanidade do Outro consiste justamente em ser indeterminada porquê é compulsoriamente colocada contra o conjunto das qualidades que determina o humano da comunidade. O que existe é a trama social que, de antemão, estabelece os critérios de aglutinação e desvio. Nesse movimento de separação, o que está em voga são as disposições previamente estruturadas entre o aceito e o excluído. O Outro, privado da possibilidade de participação, ocupa uma não-posição.

No movimento de construção compulsória da diferença, o humano e o não humano são inseparados e inseparáveis. Como uma lógica dicotômica, cada polo precisa de seu oposto para ser afirmado como uma posição social. Um apontamento possível de ser feito é a de que a partir da gramática dessa diferença compulsória, estabelece-se uma visão bifurcada da realidade social, onde o agente introjeta esquemas de invisibilização e de percepção do Outro. Apesar de serem faces da mesma moeda, socialmente, o humano desaparece no não-humano e admite-se essa diferença como dado da realidade.

Essa forma é instável e guarda um dano fundamental. Na construção da separação é preciso admitir um terreno comum de onde se tracem as distinções.

Há uma forma humana fundamental que não pode ser negada, sobre a qual se constrói as qualidades do não-humano. A sociabilização, nesse esquema, busca alocar ao Outro características necessárias para a dominação e nesse movimento restitui o humano do Outro, para então negá-lo novamente. Assim o é mesmo que na violência ou na morte,

afinal, nesses casos extremos, o que está destacado é justamente é a negatividade máxima da experiência humana.

Cumpramos observar que, nessas situações, podemos pensar em como a imagem de morte pode aparecer em diferentes distâncias na consciência dos agentes. Enquanto virtualidade imanente da condição humana, a figura da morte pode ser reificada ou afastada da dimensão cotidiana da experiência. A mutilação e a doença são exemplos de sua insistência em alguns meios materiais de sociabilização (as favelas brasileiras e as ocupações urbanas, por exemplo), enquanto o higienismo e a homogeneidade são maneiras de afastá-la (nos enclaves fortificados).

Mais uma vez, o estigma, propomos, é o sentido que permite ao movimento de separação instituir um campo de racionalidade em que esquemas de divisão tomam, como primeiro plano, a dimensão ontológica dos agentes envolvidos, constituindo agentes-forma (CARNEIRO, 2005). Tomo como noção de fronteira-urbana esse esquema complexo e contínuo que compulsoriamente inscreve pessoas em posições, espaços e situações inumanizadas. Longe de abarcar uma dimensão meramente simbólica, a concretude dessa relação é expressada pelo corpo. Aqui, faz sentido retomarmos as palavras de Quijano:

Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu “corpo” quando são derrotados nessas lutas. (QUIJANO, 2010, p. 126).

Em suma, a fronteira urbana delimita o espaço social onde autoriza-se a violação do corpo em suas dimensões epistemológicas, políticas, biológicas¹. Esse movimento assimila, necessariamente e simultaneamente, a organização social e territorial de um contexto urbano.

1 Sobre a ampliação da noção de corpo, cabe a colocação de Castro-Gómez, para quem a possibilidade de conhecimento passa por uma condição geográfica: “(...) reconocemos también la necesidad de una corpo-política del conocimiento sin pretensión de neutralidad y objetividad. Todo conocimiento posible se encuentra in-corporado, encarnado en sujetos atravesados por contradicciones sociales, vinculados a luchas concretas, enraizados en puntos específicos de observación (...)” (CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007, p. 21).



Referências.

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: Adorno, W.T, **Notas de Literatura I**. Pág. 15-45. Tradução Jorge de Almeida, Ed. 34, Coleção espírito crítico, 2003.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos Subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALVES, Alexandre Magno; **MENDONÇA**, Jupira Gomes. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre Magno (editores). Pgs: 33-47. Rios de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRADE, Péricles. **Agência e estrutura: O conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu**. Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife. v. 12. n. 2, p. 97-118, set/dez. 2006.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BARROSO, Thales. **A ilusão da igualdade: Natureza, justiça ambiental e racismo em Belém**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, 2020.

BELO HORIZONTE. Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste Oeste. **Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Belo Horizonte, Setembro de 2015.

BELO HORIZONTE. **Perfil de Belo Horizonte**. Secretaria Municipal de Planejamento, Belo Horizonte, 1985.

BELO HORIZONTE. **Lagoinha em estudo: análise diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Belo Horizonte, 2011.

BERGER, Peter & **LUCKMANN**, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

BLANDY, S.; **BRIGHT**, S.; **NIELD**, S. The dynamics of enduring property relationships in land. **The Modern Law Review**, n. 81, p. 85-113, 2018

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: ZOUK, 2011.

BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. MICELLI, S. (org.). 8 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015. p. 183-201.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. Pg 3-25. 8ªed. São Paulo: Perspectiva. 2015

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa – 11ª ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2011.

BRECHT, Bertolt. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2003.

CASTRO-GÓMEZ, S. e **GROSFUGUEL**, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do Outro como não ser como fundamento do ser**. Tese sobre Filosofia da Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 1 ed. São Paulo, 2005.

DULCI, Otávio. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

DIAS, André Luiz; **MIGLIARI**, Wellington; **RODRIGUES**, Gabriel; **POLEZE**, Lu-

cas. **População em Situação de Rua:** Violações de Direitos e de dados relacionados à aplicação do CADÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nota Técnica elaborada pelo Programa Polos de Cidadania da UFMG. Belo Horizonte, 2021.

DULCI, Otávio. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E.E., Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande, Oxford, Clarendon Press, 1937 (Trad. Bras. Eduardo Viveiros de Castro, Rio de Janeiro, Zahar editores, 2005)

SILVA, Denise Ferreira da. Toward a global idea of race. 1. Ed. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2007.

SILVA, Denise Ferreira da. Diferença sem separabilidade. Catálogo da 32ª Bienal de Arte de São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.bienalmercosul.art.br/bienal-12-jornal/Sobre-diferença-sem-separabilidade>>

GENNEP, Arnold van. Les Rites de Passage, Paris, 1909 (Trad. Bras. Mariano Ferreira 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2011, Apresentação de Roberto da Matta)

GIANNETTI, Américo Renê. Plano-Programa de Administração de Belo Horizonte. Belo Horizonte, PBH, 1951.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Francisco Alves. 1960.

KOWARICK, Lucio. A autoconstrução de moradias em áreas periféricas: os significados da casa própria. In: KOWARICK, Lucio. **Viver em risco.** São Paulo: Editora 34, 2009. p.163-221

KUBITSCHKEK, Juscelino. Meu caminho para Brasília: a escalada política. Rio de Janeiro: Bloch, v.2. 1976.

LEANDRO, Gabriela. Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. 252 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

LEFEBVRE, Henri. La pensée et l'esprit'.L'Esprit, n. 1 (Maio), p. 21–69, 1926. Tradução de Bruno Siquera Fernandes. Disponível em: <https://brunosiqfer.medium.com/o-pensamento-e-o-ser-henri-lefebvre-1926-parte-1-143126a819dc> (Acesso em maio de 2022).

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998

LOGIT. Plano de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2011.

MACIEL, Guilherme Araújo. Valores do Patrimônio Cultural: uma análise do processo de tombamento do Conjunto IAPI em Belo Horizonte/MG.308f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2009.

MAGNANI, José Guilherme. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 191-203.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global.** Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MARA, Lisandra. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MBEMBE, Achille. O Brutalismo. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MEDEIROS, Daniel. Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da Região Metropolitana De Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, agosto de 2018.

MENDONÇA, Jupira Gomes; MARINHO Marco Antônio. As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana.** ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre Magno (editores). Pgs: 145-178. Rios de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MONTE-MOR, Roberto. Urbanização e industrialização em Minas Gerais: considerações sobre o processo recente. Seminário Repensando o Brasil pós-60: as mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 1984.

MORADO NASCIMENTO, Denise. O sistema de exclusão na cidade neoliberal brasileira. 1. Ed. Marília/SP: Lutas Anticapital, 2020.

MORADO NASCIMENTO, D.; IGLESIAS, W. S.; WEIMANN, P. E. V. Ler os territórios para DESENCRIPTAR a cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 7, n. 1, p. 20-36, 2019.

MORADO NASCIMENTO, D; MEDEIROS DE FREITAS, D.; DA CRUZ, G. N. Outro jogo de linguagem como proposta teórico-metodológica da leitura do lugar. In: V Seminário Internacional “Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina: Desafíos teóricos y políticos. Para una comprensión crítica de los procesos urbanos latinoamericanos”, número V, 2021, Buenos Aires.

NAKAGAWA, Regiane. Espaço e interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 37, p. 6-21, set/dez. 2016.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Relatório dos exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, pelo prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira.** Belo Horizonte: PBH, 1942. 147 p. Disponível em: <http://www.relatoriosdosprefeitos.pbh.gov.br/>. Acesso em: fev de 2022.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para Além do Horizonte Planejado:** racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP, 2018.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 28 N° 83. ANPOCS. São Paulo, SP, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Menezes (eds.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

RAGGI, Marina. **Travessias modernas. Para além de uma representação:** legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Núbia. **Becos da memória, desenhos da cidadania** – Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, Pró Reitoria de Graduação e Pesquisa, 2001.

RUI, T. **Corpos Abjetos:** etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, maio de 2012.

SAGMACS. **Estrutura urbana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, DOM.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** 2ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 2ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço:** técnica, razão e emoção.4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia cidadã:** por uma epistemologia da existência. In: Boletim Gaúcho. Porto Alegre, RS, n. 21, Ago. 1996.

SAFORI, SENA E SILVA. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. **Revista DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.** Vol. 5; nº 1. Rio de Janeiro, JAN/FEV/MAR 2012. p. 37-60.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007

SOUZA, Edson Clemente; GEMELLI, Vanderléia. **Território, região e fronteira.** Análise Geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai. ANPUR. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 13, N. 2. Novembro, 2013. P. 101-116.

TARGIONI, Paolo. **Linhas que separam, linhas que unem:** percepção da fronteira na cidade de Cáceres – MT. Tese (Doutorado em Sociologia) da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2020.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 40, n. 1, p. 27 a 56, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6803>. Acesso em: 9 jan. 2022.

VIEIRA, Daniele. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Perspectiva do planejamento urbano no Brasil de hoje.** Campo Grande: do autor, 2000. 16p (Texto apresentado no II seminário Cidades Brasileiras – Desejos e Possibilidades, organizado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS).

WACQUANT, Loic. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe.** Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro : 2002

